

Intensa actividade em todo o Partido para preparar as comemorações do 60.º aniversário



O trabalho em curso em todo o Partido virado para o reforço da organização e a melhoria da estruturação, centra-se especialmente, nestes dias, na preparação das comemorações do 60.º Aniversário do PCP. Mas muitas outras iniciativas estão igualmente em andamento.

Págs. Centrais

Em Foco

Trilateral e UGT

Pág. 12

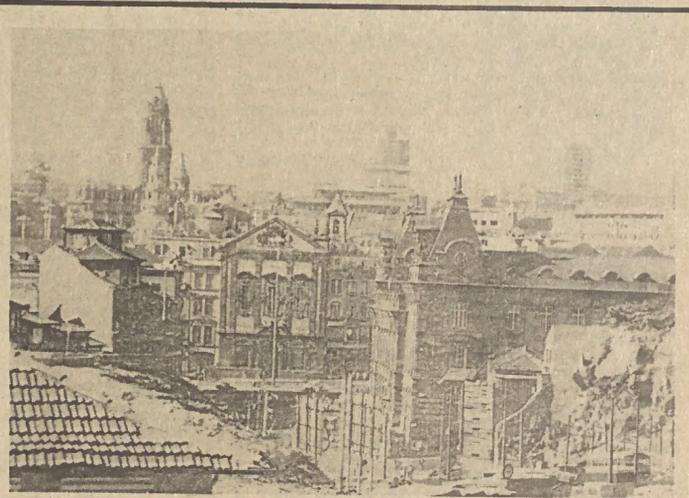
Saudação do PCP ao MPLA-PT



Pág. 3

PCP condena acções terroristas sul-africanas

Pág. 3



Câmara do Porto

DORP do PCP reclama novas eleições

Pág. 8

*

Reportagem

Agricultores de Peniche: um mar de dificuldades em que cada vez é mais difícil navegar

Pág. 3



*

Solidariedade

Liberdade para Antonio Maidana!

Pág. 11

*

Juventude

Em marcha o movimento dos Festivais da Canção Política



40 FESTIVAIS JÁ MARCADOS

Págs. Centrais



O próximo número do «Avante!» assinalará o 50.º Aniversário — meio século de vida! — do órgão central do PCP. Conforme consta das conclusões da última reunião do Comité Central, essa edição do «Avante!» conterà inovações de conteúdo e aspecto gráfico, incluindo, nomeadamente, um suplemento inteiramente dedicado ao aniversário do nosso jornal.

Dado o interesse que, certamente, o «Avante!» da próxima semana irá suscitar entre os leitores, recomenda-se que todas as organizações — muitas das quais, aliás, têm já programadas diversas iniciativas de venda militante — façam rapidamente chegar aos serviços de distribuição as eventuais alterações aos números de jornais habitualmente recebidos.

Editorial

UGT - UM CONGRESSO DE DIVISÃO

A encenação do espectáculo burlesco do último fim-de-semana no Pavilhão dos Desportos que deu pelo nome de «Congresso da UGT» é altamente esclarecedora para os trabalhadores portugueses.

Uma coisa se tomou desde logo clara, mesmo para um observador imparcial: a «operação UGT» na frente sindical, é inseparável de uma outra operação política muito mais vasta e global contra a democracia portuguesa, contra os trabalhadores e contra as conquistas de Abril, operação que tem um nome: recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

Comprovou-se mais uma vez, além disso, que nesta operação global não estão apenas empenhadas as forças sociais e políticas directamente atingidas nos seus privilégios de casta pelo 25 de Abril pelo processo da Revolução portuguesa.

O grande capital financeiro sem pátria, as grandes multinacionais e as suas conhecidas centrais de diversão e de divisão internacionais, em estreita associação com o grande patronato português e os seus «homens de palha» no aparelho de Estado, lá tinham os seus marionetes e representantes directos na «cena» do Pavilhão dos Desportos.

Este chamado «Congresso da UGT» tem o mérito de chamar as atenções para a conduta de certos cavalheiros da política e para o conjunto de certas operações e forças aparentemente desligadas entre si mas de facto conexas no quadro da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

Enumerar tudo isto seria fastidioso. A lista seria longa, não caberia seguramente no espaço deste editorial. Mas não deixa de ser curioso atirar ao acaso para o «papel» alguns títulos só por si elucidativos e ver como se ajustam a um objectivo central:

«Entreacção Mário Soares» no 1.º de Maio de 75; «contra-revolução legislativa» do governo PS em aliança com a direita, na qual foi desferido o primeiro grande golpe no plano legislativo contra a unidade sindical; «política dos pacotes»; «a Europa conosco»; «operação FMI»; «adesão à CEE»; «Projecto Gonet», «Carta Aberta», «Madisca», «UDTP», «TESIRESD», «Tróia»; «Pacto social»; «Bloco Central»; «revisão inconstitucional da Constituição»; «libertação da sociedade civil»; «projecto AD», naturalmente «UGT», e outros sugestivos títulos retratados da gira política, formam um charrolete em vários quadrantes mas com um só e mesmo objectivo: liquidar as grandes conquistas económicas e sociais do 25 de Abril.

O objectivo central dessa operação política global em vários quadrantes é a reconstituição tão rápida quanto possível do poder económico e político do grande capital, o qual assenta, entre outras, em duas premissas fundamentais:

Uma, a acumulação capitalista, a concentração e centralização do capital à custa da exploração agravada dos trabalhadores e do esmagamento e pauperização das classes e camadas médias do povo;

Outra, a supressão dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, a subordinação

completa e incondicional dos seus interesses aos interesses das classes exploradoras, do grande patronato, dos monopólios sem pátria.

A política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista iniciada com os governos PS e levada à sua expressão mais aguda pelos Governos «AD» tem como miolo social, num pólo, o agravamento geral das condições de vida dos trabalhadores, a diminuição dos seus salários reais; o aumento do desemprego crónico e a formação de um numeroso e alarmante exército de reserva de desempregados; a crescente imposição de ritmos infernais de trabalho como factor principal do aumento da produtividade e, na outra face da política laboral, a drástica limitação e mesmo a supressão dos direitos, liberdades e garantias constitucionais e legais dos trabalhadores.

No outro pólo está a acumulação dos superlucros do grande capital, o favoritismo e a protecção dos interesses do sector privado, a especulação desenfreada, a promulgação de leis favoráveis ao grande patronato.

Esta política anti-operária provocou já e continua a provocar um desequilíbrio crescente da repartição do Rendimento Nacional a favor do capital e em desfavor do trabalho em valores que caíram de 61,8% para os trabalhadores em 1976 para 48,8% em 1979 e subiram de 32,4% para 45,4% nos mesmos anos a favor dos capitalistas.

A clara intenção de impor um novo tecto salarial sem pôr qualquer limitação aos lucros e aos preços, implícita no programa do Governo Balsemão, levará a novos desequilíbrios a favor dos grandes detentores do capital.

Assume uma expressão significativa e plena de coerência de classe a saudação de Pinto Balsemão aos sindicalistas da UGT reunidos no Pavilhão dos Desportos e a sua defesa na Suíça da proliferação de Bancos privados em Portugal.

Amarar os trabalhadores ao carro de exploração dos grandes capitalistas portugueses e das multinacionais actuando em Portugal é, indubitavelmente, o objectivo supremo da obra de traição à classe operária e aos trabalhadores em geral levada a cabo pelos dirigentes da UGT que encenaram o «congresso» do Pavilhão dos Desportos.

É uma questão consabida que a recuperação capitalista em Portugal passa obrigatoriamente pela quebra da unidade da classe operária, pela divisão do movimento sindical unitário português a que se têm entregue com todo o afã os dirigentes da UGT e os seus mentores.

O chamado «congresso» do Pavilhão dos Desportos é todo ele um acto de divisionismo do movimento operário português, um modelo de anti-democraticidade sindical saída da iniciativa dos locais do patronato que encabeçam a UGT.

O carácter social específico dos sindicatos, grosseiramente adulterado logo à nascença da UGT, teve aspectos escandalosos na preparação e na realização do «congresso» ugetista.

A partidização do movimento sindical, que os divisionistas cinicamente negam em declarações públicas, é uma evidente realidade neste «congresso» da central de divisão que dá pelo nome de UGT.

O PS e o PSD repartiram entre si os cargos dirigentes. Mário Soares e Gonelha pelos socialistas e Balsemão e Capucho pelo PSD, fizeram inequívocas declarações públicas de ingerência e domínio da UGT pelos respectivos partidos.

A partidização da UGT foi uma das características mais frisantes neste «congresso» do Pavilhão dos Desportos, vigorosamente denunciada pelos delegados unitários que nele se bateram firmemente pela unidade sindical.

Particularmente escandalosa foi a decisão imposta por Gonelha, o homem dos dinheiros da Fundação Fontana, (ele próprio disse a «O Jornal» em Dezembro de 79: «Quem tem apolado a UGT somos nós, a Fundação Fontana») sócio da Trilateral — a organização dirigida pelo complexo militar industrial dos Estados Unidos e estreitamente ligada à CIA — que impôs no encontro de sindicalistas do PS, na Tróia, a obrigação da adesão dos trabalhadores socialistas aos sindicatos da UGT sob pena de expulsão do seu partido.

É profundamente ridículo que Mário Soares, Gonelha e outros, em uníssono com dirigentes dos partidos da direita, se refiram caluniosamente à CGTP-IN, onde se fillam multos milhares de socialistas e trabalhadores sem partido, como «correia de transmissão do PCP» e juntamente com os dirigentes do PSD tenham repartido «irmãmente» os cargos de direcção a «eleger» pelo «Congresso» da UGT. Não se pode ser mais despuadorado e farisaico.

A completa ausência de democraticidade no próprio «congresso» é uma chocante negação do movimento sindical que é, por definição, a expressão mais genuína do democraticismo do movimento operário.

Os 44 delegados unitários foram impedidos de consultar documentos, de falar com as delegações estrangeiras, de expor na própria tribuna os seus pontos de vista. Trabalhadores e trabalhadoras da iendência unitária foram grosseiramente insultados e ameaçados quando, apesar de todas as pressões e interdições, desmascararam na tribuna do «congresso» e fora dela a conciliação de classe e o antidemocraticismo dos dirigentes da UGT.

Mais de 90% das intervenções dos «delegados» ugetistas eram de puro anticomunismo, de vesgos ataques à Intersindical, a grande central unitária dos trabalhadores portugueses.

A representatividade destes «delegados» é um dos índices mais significativos da antidemocraticidade do «congresso». Dos 1200 «delegados» anunciados pelos organizadores mais de 400 nunca estiveram nas sessões; sindicatos tão importantes como o SITESE, que diz ter 67 000 fillados, estava representado por 59 «delegados» enquanto o dos topógrafos com 600 sócios dispunha de 23.

Se alguma proporção houvesse deveriam então ali

estar presentes para os 23 dos topógrafos 1135 do SITESE, ou para os 59 deste último, apenas «meio» «delegado» do primeiro... É um exemplo «folclórico» tirado do panorama geral.

Como justamente denunciaram os delegados unitários «A UGT não é democrática. A UGT não é representativa». A UGT é uma arma do patronato e do Governo reaccionário de braço dado com Mário Soares, Gonelha e outros dirigentes da direita do PS.

O divisionismo sindical além fronteiras esteve bem representado neste «congresso» ugetista.

O delegado da UGT espanhola — cuja orientação e documentação serviram de base ao «congresso» — produziu afirmações que representam uma autêntica ingerência no movimento sindical português. Outros delegados estrangeiros afinaram pelo mesmo diapasão.

O representante da CES teria mesmo afirmado que a filiação da CGTP-IN naquela confederação não se efectivaria nem dentro de 100 anos!

É uma profecia de «vistas longas» que ridiculariza quem as fez. Irving Brown, um dos «patrões» da AFL-CIO, veio em pessoa dar a sua achega à tarefa divisionista da UGT.

Uma saudação ao «congresso» vinda do dirigente do sindicado «Solidariedade» da Polónia, Lech Valesha, é, ela também, um serviço ao patronato e à reacção e um inadmissível convite ao divisionismo no movimento operário português.

Apesar da «qualidade» das delegações estrangeiras estas foram cuidadosamente afastadas das sessões, levadas a passear pelos organizadores, envolvidas numa cortina isoladora para as manter na ignorância da verdadeira força da UGT e do carácter antidemocratico do «congresso».

A operação «UGT» foi minuciosamente preparada para servir os objectivos de divisão da classe operária portuguesa e internacional que ela serve.

Uma das decisões do «congresso» é significativa das funções conciliadoras de classe da UGT — a que preconiza o chamado «contrato social».

A versão portuguesa do desacreditado «pacto social» que deu em droga onde quer que foi tentado pela luta unida e firme dos trabalhadores nos países capitalistas desenvolvidos, foi a grande «peça» doutrinária do «congresso».

É significativo que a UGT o debata, no mesmo estilo em que é posto no celebrado «projecto AD» e cantado por Mário Soares, Gonelha e outros, isto é, pelos advogados do chamado «bloco central».

Como afirmaram os delegados unitários os trabalhadores «derrotarão a proposta de mentira e mistificação do «contrato social»».

Enfim, um «congresso» à imagem da divisão, ele próprio uma manifestação de divisionismo, encerrou os seus «trabalhos».

Através da luta firme, unida e organizada os trabalhadores portugueses derrotarão os propósitos dos divisionistas da UGT.

Atitude inaceitável da Embaixada do Brasil

Inadmissível ingerência nos assuntos internos de Portugal e gesto inamistoso e ofensivo da Assembleia da República — eis como o Secretariado do Comité Central do PCP qualifica a atitude da Embaixada do Brasil no nosso País, ao excluir deliberadamente os parlamentares membros do PCP dos convites que dirigiu a representantes daquele órgão de soberania para uma recepção, no Palácio de Queluz, dada pelo Presidente da República do Brasil, na altura da sua estadia em Portugal.

Existem na Assembleia da República 18 Comissões Parlamentares, no entanto, a Embaixada do Brasil apenas convidou para a referida recepção os

presidentes de 15 dessas Comissões, tendo sido excluídos os Presidentes das Comissões Parlamentares de Cultura, Indústria e Energia, e Juventude — cargos que, como é do conhecimento público, são desempenhados por deputados do Partido Comunista Português.

Referindo esta atitude, sublinha a Nota do Secretariado do Comité Central do PCP:

Se se tratasse de convites a organizações partidárias, não se negaria à Embaixada do Brasil o direito de convidar ou não convidar comunistas. O que se contesta e considera inaceitável é que a Embaixada do Brasil ao

convidar representantes de um órgão de soberania não respeite os critérios que presidem à sua constituição e funcionamento segundo as praxes e as leis da vida democrática portuguesa e, pelo contrário, queira impor os critérios de discriminação próprios do regime ditatorial brasileiro.

Depois de acentuar que os comunistas estão representados na Assembleia da República por decisão democrática do povo português e que desempenham funções na estrutura interna daquele órgão de soberania por decisão soberana da Assembleia da República,

o Secretariado do CC do PCP considera que o dever de qualquer entidade estrangeira e de qualquer representante oficial de um país estrangeiro em visita a Portugal só pode ser o de respeitar esta realidade e proceder em conformidade com ela.

Finalmente, o Secretariado do CC do PCP, na sua Nota, dava conta da decisão de, conseqüentemente, o PCP não se fazer representar em nenhuma das cerimónias realizadas no âmbito da visita do general João Figueiredo, Presidente da República do Brasil, para que estava convidado por entidades portuguesas, perante as quais já justificou as razões dessa sua atitude.

Dirigente do PCP na Hungria e Bulgária

De 26 a 31 de Janeiro, visitou a Hungria e a Bulgária, a convite respectivamente, do Comité Central do Partido Socialista Operário Hungaro e do Comité Central do Partido Comunista Bulgaro, Albano Nunes, membro do Comité Central do Partido Comunista Português e responsável da Secção Internacional.

Na Hungria onde permaneceu de 26 a 29 de Janeiro, Albano Nunes foi recebido por András Gyenes, Secretário do CC do PSOH e teve conversações com János Berecz, membro do CC e chefe da Secção Internacional. Visitou também a Escola Superior de Política do CC do PSOH e a empresa de produtos de Telecomunicações «Belotannis».

Na Bulgária a visita decorreu entre 29 a 31 de Janeiro. Albano Nunes foi recebido por Petar Diugnerov, Secretário do CC do PCB e teve conversações com Hristo Maleev, vice-responsável do Departamento de Política Exterior e Relações Internacionais do PCB.

As visitas à Bulgária e Hungria, que se inserem nas relações de estreita amizade e cooperação existentes entre o PCP e o PSOH e PCB, possibilitaram uma troca de informações e opiniões sobre a situação política nos respectivos países e questões de maior actualidade do movimento comunista e operário internacional e da situação mundial.

As relações entre o PCP e o PCE

No passado dia 3 a SIP do PCP divulgou a seguinte nota:

Diversos órgãos de informação têm solicitado ao PCP a confirmação ou rectificação da informação divulgada pelo secretário-geral do PCE, Santiago Carrillo, em recente entrevista a um semanário português, segundo a qual

o PCP teria proposto ao PCE uma «reunião ao nível de secretariados».

Sobre o assunto, a SIP do PCP está em condições de informar:

1. Na sequência do processo de desenvolvimento das relações entre os dois partidos, o Comité Central do PCP propôs em 20 de Dezembro de 1980 ao Comité Central do PCE a realização em Abril/Maio

deste ano de um intercâmbio de visitas de delegações dos dois partidos dirigidas pelos respectivos secretários-gerais.

No âmbito dessa proposta, o PCP colocou ainda à consideração do PCE alguns aspectos relativos ao programa dessas visitas, nomeadamente, a realização de conversações entre as

delegações e a realização de comícios de amizade em que intervessem Álvaro Cunhal e Santiago Carrillo, sugerindo para o efeito as cidades de Lisboa e Porto e de Madrid e Barcelona.

2. O PCE respondeu em carta datada de 3 de Janeiro aceitando a proposta, mas adiando a sua concretização para o segundo semestre do ano corrente.

Correcção tardia e incompleta

Posteriormente à nota referida na notícia acima, e face à evolução dos acontecimentos, o Secretariado do CC do PCP divulgou a seguinte outra nota, com a data de anteontem:

1. Em face da tomada de posição do PCP relativa à discriminação de deputados comunistas, o Presidente da República Federativa do Brasil e a Embaixada brasileira foram forçados a recuar na atitude que inicialmente haviam assumido.

2. Este facto confirma a justeza da apreciação feita pelo PCP e em nada altera a realidade dos acontecimentos.

Com efeito, na sexta-feira, dia 30 de Janeiro, foi obtida confirmação oficial de que a Embaixada do Brasil, tendo adoptado o critério de convidar os Presidentes das Comissões Permanentes da Assembleia da República, entendera não convidar deliberadamente os Presidentes das Comissões de Cultura

e Ambiente, da Indústria, Energia e Transportes e da Juventude, precisamente aqueles que são deputados comunistas.

Tanto as declarações do Presidente Figueiredo hoje feitas à imprensa como o envio dos convites na tarde de segunda-feira constituem uma correcção tardia e incompleta, que ainda assim se regista, mas não anula a ingerência consumada a no funcionamento das instituições democráticas portuguesas e a tentativa de imposição no nosso País

dos critérios de discriminação política próprios da ditadura existente no Brasil.

3. O PCP entende sublinhar, por fim, que, a não se ter verificado aquela intolerável discriminação, os deputados comunistas teriam estado presentes nas cerimónias, enquanto integrados na representação de um órgão de soberania da República Portuguesa e no quadro das relações estaduais entre Portugal e o Brasil.

Avante!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Sôro Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX Tel. 768346

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3º Dtº - 1000 Lisboa Tel. 769744/769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Sôro Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX Tel. 769725/769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Lxvraia, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2º Dtº - 1000 Lisboa Tel. 770228/779825

Centro Distribuidor de Lisboa, Av. Santos Dumont, 57-Civ - 1000 Lisboa Tel. 769705 - Abrangos os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal) Casa da Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 - 1200 Lisboa Tel. 372238

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 5/8 - 4000 Porto Tel. 28938

Casa da Venda: R. do Almada, 16-2º Esq - 4000 Porto Tel. 310441

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.ª de Maio 186, Pedruha - 3000 Coimbra Tel. 31286

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2º Esq - 1000 Lisboa Tel. 779828

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 53-A - 1000 Lisboa Tel. 776936/776750 - Porto - Rua do Almada, 16-2º Esq - 4000 Porto Tel. 381067

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora Tel. 900044

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Tiragem média no mês de Janeiro: 63 187

Sobre a Reforma Agrária e problemas da agricultura

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA QUESTÃO AGRÁRIA

Esta obra revela as leis do desenvolvimento capitalista na sociedade rural portuguesa. O rigor da análise alicerça a tomada de posição de classe face ao carácter contraditório do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Código n.º(s) 0601,0602

• Preço 120\$000



LÉNINE E A QUESTÃO AGRÁRIA

Uma colectânea onde se apresentam de forma sistematizada as ideias de Lénine sobre a questão agrária.

Código n.º 1201 • Preço 60\$000



A AGRICULTURA NOS PAÍSES SOCIALISTAS DA EUROPA

A produção agrícola dos países socialistas aumenta mais rapidamente que a dos países desenvolvidos da América ou Europa. Como? Porquê?

Código n.º 0603 • Preço 90\$000



LÉNINE E OS CAMPONESES

Lénine forneceu a base sobre a qual se pôde efectuar a transformação socialista da agricultura e assegurar a elevação do nível material e espiritual da população rural.

Código n.º 216 • Preço 90\$000

Agricultores de Peniche

Um mar de dificuldades onde cada vez é mais difícil navegar

Isto de falar de problemas da agricultura é como as cerejas — pega-se numa e logo vêm quatro ou cinco. Outro tanto se passou no I Encontro de Camponeses de Peniche do PCP, que no último domingo decorreu em Serra d'El Rei e reuniu algumas dezenas de agricultores do concelho

Bastou um dos presentes falar do problema do gado, para logo surgirem as questões da central nuclear em Ferrel, as rações, o preço e recolha do leite, o Grémio de Atougua da Baleia que já não é grémio mas que continua a sê-lo, o aumento do preço da água e da luz, para não falarmos já da questão da taxa da rádio, que levantou burburinho entre as mulheres sentadas na sala.

Mas uma reunião de agricultores revela problemas nem sempre debatidos na medida em que são encarados como uma fatalidade histórica a que não se pode escapar. Realizado a um domingo, tradicional dia de descanso, seria de pensar que os participantes ali permanecessem, descansados, prolongando o debate de questões por que revelavam interesse.

Mas a partir de determinada hora começou a debandada. Outros afazeres chamavam aquelas mulheres e aqueles homens: mugir e fazer a cama para o gado (coisa que todos os dias tem de ser feito), preparar coisas para o dia seguinte, enfim, o sem número de afazeres que não deixam ao agricultor um único dia de descanso.

Mesmo assim compareceram em força e até cerca das 18 horas não

deixaram de dizer de sua justiça a propósito das injustiças de que são alvo por parte da política do governo, das golpachas dos intermediários e da ausência de apoios quando chegam as calamidades naturais.

A necessidade da organização e da unidade

A necessidade dos pequenos e médios agricultores se unirem e organizarem foi expressa de modo simples por um dos presentes.

«Quando uma pessoa está doente vai ao médico. Não é o médico que o vai procurar. Também nós temos de ir ao Governo. Eu acho que não estou bem, mas sozinho não posso fazer mais».

A luta dos trabalhadores industriais não deixou de ser focada. Ainda que uma ou outra intervenção contivesse uma crítica implícita a «quem faz greve para ganhar mais», foi no entanto apontado como uma forma de luta organizada para se alcançarem as regalias que até hoje não passam de promessas, para além dos mais elementares direitos serem constantemente atropelados.

«Os operários — foi recordado no meio da discussão — conseguiram

melhores condições porque lutaram e não se deixaram ficar parados».

Os agricultores começam a estar cansados de verem que as «coisas» não andam na resolução dos seus problemas. Mas também já não encaram o mal com desânimo e fatalismo.

Falou-se depois das reuniões do PCP e que registam, nalguns casos, fracasso. Alguns disseram que isso ainda era motivado pelo medo.

Um grémio que não foi «ilquidado»

Mas o medo é coisa que começa a desaparecer. Prova disso o Encontro que reuniu muitos agricultores não comunistas.

Um dos presentes declarou mesmo, quando se debatia a actividade do «grémio» que vende as coisas mais caras do que o comércio local:

«Eu estou disposto a ser sócio de uma cooperativa nem que seja dos comunistas que vêm da Rússia».

Numa moção sobre o «grémio» da Atougua de Baleia, aprovada por unanimidade, refere-se que seis anos depois do 25 de Abril os agricultores do concelho «continuam como dantes, sem saberem o que se passa por trás das paredes e das portas do que foi e continua a ser o «grémio da Atougua», uma casa que pagaram com o seu suor e não é sua, onde um grupo quase secreto de compadres

(nem todos agricultores) põe a dispor à sua vontade sem prestar contas a ninguém».

Na mesma moção várias propostas são avançadas para que «a situação escandalosa que se vive no ex-grémio de Atougua» seja ultrapassada, exigindo-se «das autoridades competentes medidas urgentes para lhe pôr termo».

Do leite à taxa da rádio

Foi extenso o rol de queixas que os agricultores fizeram no Encontro realizado em Serra d'El Rei.

Há um ano e tal compravam uma vaca por 50 contos. Agora, dão 30 e é se quisermos. Mas a carne não baixou no talho.

Um outro acrescentou: «Um homem vende um quilo de repolho por 7\$00 e eles vendem-no depois a 30 e a 40 escudos».

Mas quando se tratou do leite, as recriminações não pararam. Zona de muitos produtores de leite — pequenos produtores — o que se está a passar neste domínio afecta-

os bastante. E não vêm chegar as soluções por que anseiam. Antes pelo contrário, tudo se agrava. Num artigo sobre o problema do leite que nesta página publicamos fazemos referência a muitas das queixas que os agricultores de Peniche não calaram.

Um outro tema que é do desagrado geral diz respeito às taxas da rádio que estão

a aparecer para pagar. As mulheres (São elas que pagam!) — dizem os homens quando elas começaram todas a falar numa algazarra) recusam-se a pagar a taxa de anos atrasados.

Na altura, disseram-nos que já não se pagava a rádio. E agora ameaçam-nos com o tribunal se não pagarmos.

Eu até nem tenho telefonia — acrescentava outra.

E foi um chover de queixas, tudo isto porque antes se começara a falar da luz eléctrica, que não chega com força suficiente a certas zonas do concelho. Agricultores houve que gastaram contos de réis para levarem a electricidade para casa e quando, de manhãzinha, mais precisam dela, não há, ou não tem força e as lâmpadas mais parecem candeias de azeite.

Não à central nuclear e à CEE

No decorrer do Encontro foram aprovadas ainda três moções. Todas por unanimidade.

Uma delas sobre a central nuclear de Ferrel — onde se começaram, sorrateiramente, os trabalhos — alerta toda a população do concelho «para o perigo de, a este respeito, virem a deparar com a política do facto consumado, que é prática corrente dos governos da «AD».

Uma outra moção levanta a necessidade do Governo, como determina a Constituição da República, a ajudar efectivamente os agricultores

afectados pela seca e pela geadas. Como foi dito, uma calamidade natural não é só quando chove muito. Quando não chove durante longo tempo também é uma calamidade natural.

A última moção diz respeito à integração do país no Mercado Comum. Os agricultores comunistas presentes no Encontro manifestaram o seu repúdio por estas integração que em vez de resolver os seus problemas os irá ainda agravar.

Como aliás foi focado no debate que antecedeu este ponto, os defensores da integração dizem que deste modo o problema da agricultura seria resolvido, mas esquecem-se de acrescentar que ficava resolvido, pela simples razão de deixar de existir agricultura no nosso país.

Encerrou o Encontro o camarada Jaime Félix, membro do Secretariado do Comité Central do PCP, que ao recordar que quase cinquenta por cento da população activa do distrito de Leiria vive da agricultura focou a necessidade de se reforçar a União dos Agricultores de Peniche, organização apolítica, onde estão comunistas, socialistas e de outros partidos, mas todos agricultores desejosos de serem resolvidos os seus problemas, por isso mesmo, frisou, quanto mais forte for a União dos Agricultores de Peniche melhores condições e maior força terá para resolver os problemas que se colocam aos seus associados.

Dirigente do PCP visitou Cabo Verde

Com o objectivo de tomar conhecimento mais directo da situação e de acordo com a proposta feita pelo PCP aos dirigentes da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, visitou Cabo Verde de 21 a 23 de Janeiro o camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português.



Joaquim Gomes

A viagem, que deveria ter sido realizada uma semana antes e que foi adiada devido à greve dos controladores aéreos, alcançou plenamente os seus objectivos e a visita a Cabo Verde decorreu no ambiente de camaradagem e de cordialidade que têm caracterizado as relações entre os dois partidos.

Durante as conversações realizadas com dirigentes do PAICV, o camarada Joaquim Gomes teve oportunidade de recolher informações sobre as causas que, no entender dos mesmos dirigentes, levaram ao corte de relações entre estes e as camaradas da Guiné-Bissau.

O camarada Joaquim Gomes teve conversações com o responsável pelo trabalho político-ideológico do PAICV, camarada Olívio Pires, conversações que decorreram em clima de franqueza, tendo ambos os lados expressado os seus pontos de vista e o desejo de reforçar as relações entre os dois partidos.

Pela nossa parte — afirmou o camarada Joaquim Gomes — constatámos o grande desejo e o grande esforço que está a ser feito por parte dos dirigentes do PAICV para superar as dificuldades que resultaram da separação dos dois partidos. Parece-nos que os camaradas do PAICV estão

animados e têm perspectivas de resolver os grandes problemas do arquipélago, ainda que não escondam as grandes dificuldades que têm e que teriam de qualquer modo.

Numa visita que fez ao antigo campo de concentração do Tarrafal, que me permitiu atravessar a ilha quase de um extremo ao outro, pude aperceber-me do grande esforço que está a ser feito com vista à arborização, que este ano tem a meta de 2 milhões de árvores a plantar.

O plano de irrigação da zona do Tarrafal é de 600 hectares, que, uma vez concluído, constitui uma pequena evolução a ilha de Santiago, uma vez que a parte actualmente cultivada é de cerca de 2 500 hectares.

Pude constatar também o grande esforço que está a ser feito para transformar tanto quanto as possibilidades naturais o permitam, a face da ilha de Santiago.

Saudação do PCP ao MPLA-PT

O Comité Central do PCP enviou, a propósito do 4 de Fevereiro (ler também na pág. 10), ao Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho a seguinte saudação:

Tal como em 4 de Fevereiro de 1961 saudou o início da luta armada desencadeada pelo povo angolano sob a direcção do MPLA, o Comité Central do Partido Comunista Português presta hoje homenagem a todos os heróicos combatentes caídos no campo da luta ao longo destes 20 anos, e saúda muito calorosa e fraternalmente o Comité Central do MPLA — Partido do Trabalho, todos os seus militantes e simpatizantes, todo o povo angolano.

A Revolução angolana e a consequente criação do partido dirigente, orientado pelos princípios do marxismo-leninismo, o MPLA-PT, ultrapassou, pela sua importância, as fronteiras da RPA constituindo um poderoso incentivo à luta de libertação nacional dos povos da África Austral ainda sujeitos ao colonialismo, assim como a todos os povos em luta pela sua emancipação nacional e social.

O imperialismo, através dos seus lacaios da África do sul, agora encorajado pelas posições aventureiras e belicistas da nova administração Reagan, atenta contra a soberania da RPA, perpetua hediondos crimes contra o povo angolano e tenta afastá-lo das suas firmes posições de solidariedade internacionalista, designadamente para com a luta do povo da Namíbia, dirigida pela SWAPO.

Os comunistas portugueses asseguraram ao povo irmão angolano, ao MPLA-PT, ao Partido do camarada Agostinho Neto, a sua solidariedade militante nas complexas mas exaltantes batalhas da reconstrução nacional, da defesa da integridade territorial da pátria angolana, pela construção da sociedade socialista.

Os comunistas portugueses continuarão a agir para que se reforcem os laços de amizade e solidariedade existentes entre o povo português e o povo angolano, continuarão a lutar para que, na base dos princípios de não-ingerência e do respeito e vantagens mútuas, se desenvolvam as relações entre Portugal e a RPA, até hoje entravadas por sucessivos governos portugueses.

Desejando os maiores sucessos à vossa luta em defesa da independência nacional e pelo progresso social manifestamo-vos, queridos camaradas, a nossa vontade de continuar a actuar para que os laços de amizade e cooperação existentes entre o PCP e o MPLA-PT continuem a desenvolver-se na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse da nossa causa comum da paz, do progresso social e do socialismo.

VIVA O 20.º ANIVERSÁRIO DA GLORIOSA JORNADA DE 4 DE FEVEREIRO!
VIVA A AMIZADE ENTRE O PCP E O MPLA-PT!

BIBLIOTECA DO MARXISMO LENINISMO

O ESTADO É A REVOLUÇÃO

V.I. LENINE

PCP condena firmemente acções terroristas do regime sul-africano

O criminoso ataque terrorista praticado pelo regime racista da África do Sul em território da República Popular de Moçambique veio, uma vez mais, pôr a nu os reais intenções do governo de Pretória e daqueles que, na cena internacional, o apoiam. Isto apenas poucos dias depois de os racistas sul-africanos terem feito gorar a Conferência de Genebra sobre a Namíbia.

A agressão militar agora verificada nos arredores do Maputo tem vindo a suscitar a mais veemente indignação e firme condenação por parte da opinião pública internacional. A comunidade internacional não pode admitir que os racistas sul-africanos prossigam impunemente a sua escalada agressiva contra a Repú-

blica Popular de Moçambique — e também contra a República Popular de Angola — porque tal escalada se insere num plano que visa directamente os regimes progressistas da África Austral e a heróica luta dos povos da Namíbia e da África do Sul.

A eleição de Reagan para o cargo de presidente dos EUA veio dar cobertura às manobras de terror do governo de Pretória. Não só a eleição como as posteriores declarações de Reagan caluniando os movimentos de libertação da Namíbia e da África do Sul. Esta atitude por parte do responsável máximo do imperialismo veio revelar qual a mão que comandou o ataque terrorista contra o território da RPM, qual a cabeça que iluminou a po-

lítica que conduziu ao fracasso da Conferência de Genebra.

O recente ataque à RPM

zona — uma situação de instabilidade propícia à sabotagem dos seus planos de reconstrução nacio-

A consciência democrática do nosso povo, o interesse nacional e os princípios constitucionais exigem ao Governo português:

- Severa e formal condenação da recente agressão militar sul-africana contra Moçambique
- Activa intervenção nas instâncias internacionais favorável ao isolamento e condenação do regime sul-africano

mostra também que a África do Sul está interessada em criar na região — sobretudo nos países progressistas da

nação que possa dificultar a expressão da solidariedade desses países para com a SWAPO da Namíbia

Escola Preparatória de Alcochete: as consequências da política de improvisos!

Na Escola Preparatória de Alcochete, que dispõe apenas de 17 salas para um total de 27 turmas do Ciclo e do Ensino Unificado, a falta de instalações é um problema que afecta diariamente os trabalhos escolares.

Embora as salas existentes, quer as do velho edifício da Quinta do Vale Bom, quer as dos Pavilhões pré-fabricados (umas e outras, aliás, sem um mínimo de condições), estejam a ser utilizadas permanentemente para assegurar o funcio-

namento das aulas, este objectivo todavia só é atingido quando se registam faltas de alguns professores.

Para superar satisfatoriamente esta carência, seria necessário construir uma nova escola. Esta perspectiva existe desde há muitos anos, tendo as sucessivas comissões directivas, os órgãos autárquicos e as comissões de pais dado passos para a sua concretização.

No seguimento de tal trabalho, a Direcção Geral do Equipamento Escolar garantiu

que a construção do novo edifício escolar se iniciaria em 1982. A verdade, porém, é que a previsão de escolas a construir até 1984 pela Direcção-Geral de Construções Escolares do Ministério das Obras Públicas, recentemente anunciada, não inclui a Escola Preparatória de Alcochete!

Este facto é tanto mais de estranhar quanto é certo que, quer o Inspector da Direcção-Geral do Ensino Básico, quer os técnicos da Direcção-Geral do Equipamento Escolar

e o próprio Delegado de Saúde de Alcochete, reconheceram a insuficiência do único estabelecimento existente e as suas precárias condições sanitárias, a ponto de a Assembleia Municipal de Alcochete se ter já debruçado sobre o assunto, elegendo uma Comissão que, juntamente com a Comissão Directiva da Escola e a Comissão de Pais, se apresentou na Secretaria de Estado da Educação, onde uma vez mais se denunciou a situação.

Improvisos...

Os responsáveis da Direcção-Geral do Equipamento Escolar não foram capazes de resolver o problema. Pelo contrário: optaram pela política do improvisos recorrendo a medidas muito provisórias.

Só no passado dia 26 de Janeiro se iniciaram as obras para a instalação de quatro espaços lectivos (pavilhões pré-fabricados), quando os compromissos assumidos pelos responsáveis da referida Direcção-Geral, tendo em

conta a data prevista para o início do ano lectivo, as davam concluídas em Setembro.

Os professores da Escola Preparatória de Alcochete, em conjunto com o seu Sindicato, os órgãos autárquicos locais, a Associação de Estudantes e a Comissão de Pais não podem deixar de denunciar e protestar contra esta incapacidade e incuria, de que resulta um grave prejuízo para os alunos e suas famílias no concelho de Alcochete.

Madeira: nem tudo são rosas entre os dirigentes do PPD...

Nem tudo são rosas entre os dirigentes do PPD na Região Autónoma da Madeira...

Anteontem, na sessão da Assembleia Regional, um episódio entre deputados daquele partido veio uma vez mais confirmar a existência de choques e contradições entre os correligionários do sr. João Jardim.

O caso resume-se a poucas palavras.

O Grupo Parlamentar do PPD quis fazer uma saudação aos trabalhadores polacos. Palavra atrás de palavra, o presidente da bancada PPD começou a calunar o general Ramalho Eanes. E com tal intensidade e despropósito que

o presidente da Assembleia Regional ameaçou que lhe retiraria a palavra.

Não se preocupou o líder parlamentar do PPD. Disse que falava como muito bem lhe apetecia e assim fez. Asneira atrás de asneira, calunias atrás de calunias, o deputado descarregou sobre a Assembleia um monte de palavras grosseiras que em nada dignificou o parlamento madeirense.

O presidente da Assembleia, conhecido membro do PPD, não esteve disposto a aturar a má educação do líder parlamentar do seu partido. Em plena sessão (evocando razões profissionais...)

abandonou pura e simplesmente a sala.

A saudação aos trabalhadores polacos, uma peça provocatória, nada mais) seria aprovada já na ausência do presidente da Assembleia Regional. E também na ausência de muitos deputados, uma vez que a saudação recebeu apenas 25 dos mais de 40 possíveis votos a favor (PS, CDS e PPD) e três abstenções (UDP e PCP).

Foi a segunda vez que o presidente da Assembleia foi obrigado a repreender o líder parlamentar do PPD. Ambos são do mesmo partido... De facto, nem tudo são rosas no Jardim da Madeira!

Coopolague da Madeira uma história «ajardinada»

A COOPOLAGUE é uma cooperativa de consumo que funciona no Funchal, Madeira, mais precisamente em Lombo de Aguiar. Em Fevereiro do ano passado foi visitada pela fiscalização que entrou, olhou, chamou a atenção para a falta de rótulos em dois ou três produtos e se retirou sem qualquer inimizidade. Posteriormente e para grande surpresa da

Cooperativa, surge um aviso de multa que ascende a... 50 contos! Perplexos, mas cientes da prepotência da penalização, os dirigentes da COOPOLAGUE recusaram pagar a multa. As coisas encaminharam-se para o tribunal. Ali foram julgados o mês passado, com os fiscais explicando que se haviam deslocado à Cooperativa a mando do Governo Regional.

O julgamento foi concorrido e contou com a presença solidária de muitos cooperantes, de vários organismos cooperativos congéneres, de inúmeros madeirenses chocados com o desaconchavo penalizador. O juiz viu, ouviu e apreciou. E absolveu. A Madeira pode ser um jardim. Mas não é «o Jardim».

Semana

28 Quarta-feira 1934 - Morre o pintor Luciano Freire.

Reúnem-se em S. Bento doze das vinte comissões especializadas da Assembleia da República. O Conselho de Informação para a RTP decide manter em 1981 os meios técnicos que foram utilizados em 1980 para o exercício do direito de antena; o CI deu assim parecer negativo a uma proposta do conselho de gerência da RTP, apresentada à secretária de Estado da Comunicação, no Social, sentido de alterar tais meios. O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) exige que seja adiada a data de encerramento do concurso para colocação dos professores dos ensinos preparatório e secundário devido a erros, lapsos e omissões contidos no regulamento do concurso que violam contratos anteriormente assinados entre o MEC e os professores. Em conferência de imprensa realizada em Coimbra, a Confederação Nacional de Agricultura (CNA) reclama medidas de emergência para a lavoura, para evitar que os prejuízos da seca e das geadas sejam suportados exclusivamente pelos agricultores.

29 Quinta-feira 1825 - É fundada a Faculdade de Medicina do Porto.

O Conselho de Ministros decidiu «levantar o boicote» comercial ao Irão na sequência da libertação dos reféns norte-americanos, com a qual «se congratulou». Segundo dados da GNR obtidos das suas brigadas de trânsito, registaram-se nas estradas portuguesas durante o ano passado 25 178 acidentes, dos quais resultaram 1909 mortos e 24 264 feridos, 12 624 dos quais em estado grave. Todas as federações sindicais filiadas na CGTP-IL manifestam a sua frontal oposição a qualquer tentativa de reimpôr o «tecto salarial», nomeadamente nas empresas nacionalizadas, decidindo desenvolver as acções necessárias para pôr em prática formas comuns e coordenadas para se oporem e lutarem contra esta ofensiva governamental. O Secretariado Distrital das UCPs e Cooperativas Agrícolas do distrito de Beja promove um plenário sob o lema «Defender a Constituição, prosseguir a Reforma Agrária», que contou com a presença de cerca de 350 trabalhadores das 61 UCPs e Cooperativas.

1574 - É encontrado morto na sua residência em Alenquer o escritor e humanista Damião de Góis, presumindo-se que tenha sido assassinado, foi, ao longo dos anos, perseguido, preso e condenado pela Inquisição, que lhe proibiu algumas obras.

30 Sexta-feira Inicia-se no Pavilhão dos Desportos em Lisboa o II Congresso da chamada «UGT» com cerca de hora e meia de atraso sobre o horário previsto e com menos 40 delegados, no momento da abertura, relativamente ao número anunciado; os promotores deste «Congresso» não divulgam a composição das diversas delegações, quantos trabalhadores representam e qual a legitimidade democrática da sua presença. A Aliança Povo Unido apresenta, no Porto e durante uma festa popular, a sua lista para as eleições intercalares que se vão realizar na freguesia portuense da Sé, na sequência da queda da respectiva Junta, em Outubro passado, devido à demissão dos elementos da «AD» e do PS.

31 Sábado 1891 - Revolta frustrada de republicanos no Porto, oníscipal e proclamada pela primeira vez a República em Portugal.

Falando numa conferência de Imprensa em Davos, na Suíça, o primeiro-ministro Pinto Balsemão declara-se favorável à criação de bancos privados em Portugal, funcionando «ao lado» dos bancos nacionalizados já existentes. Cerca de 1400 sargentos dos três ramos das Forças Armadas evocam, na Cova da Piedade, a revolta de 31 de Janeiro de 1891, no Porto, e afirmam o seu empenho em reassumir Abril diariamente. Cerca de mil dirigentes, delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores do distrito de Lisboa, reunidos na Voz do Operário por iniciativa da União dos Sindicatos de Lisboa (USL) e da Cintura Industrial de Lisboa (CIL), manifestam o seu incondicional apoio à semana de luta contra o aumento do custo de vida a realizar de 23 a 28 de Fevereiro. Realiza-se no hotel Sintra-Estoril uma reunião preparatória do III Seminário Europeu de Transportes Rodoviários, organizado pela Federação Portuguesa dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos, afecta à CGTP-IL, tendo participado dirigentes sindicais de oito países.

1 Domingo 1908 - Orei D. Carlos e o seu filho primogénito são assassinados a tiro no Terreiro do Paço, em Lisboa.

Termina em Lisboa o «II Congresso» da chamada «UGT», que decorreu sem nenhuma crítica ao Governo «AD» ou à sua política antipopular, não havendo qualquer discussão sobre os grandes problemas dos trabalhadores; registaram-se insultos e ameaças e até tentativas de agressão a delegados eleitos pelas listas unitárias; estes 47 delegados unitários abandonaram o Congresso na altura em que se deveria iniciar a votação para o Secretariado, denunciando as irregularidades e ilegalidades do conclave divisionista. Uma nota da Secretariado do CC do PCP informa que este não fará representar em nenhuma das cerimónias realizadas no âmbito da visita oficial do general Figueiredo, Presidente da República do Brasil, ao nosso país e que hoje se inicia, devido à flagrante atitude de ingerência da embaixada do Brasil nos assuntos portugueses de excluir os parlamentares comunistas da AR numa recepção no palácio de Queluz. A Imprensa espanhola, noticiando a reunião da Coordenadora sobre Minas de Urânio da Península Ibérica que decorreu em Salamanca, denuncia a eventualidade de uma participação portuguesa nos investimentos para a construção de centrais nucleares espanholas junto à fronteira, em troca do silêncio dos governantes de Lisboa quanto às consequências nefastas que tais empreendimentos terão sobre a actividade económica das regiões mais afectadas.

2 Segunda-feira 1975 - Realiza-se em Lisboa a I Conferência Nacional Unitária dos Trabalhadores.

O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público apresenta aos juizes de Instrução Criminal uma queixa para ser acionada contra o crime contra o director-geral da Fiscalização Económica, António Tovar Faro, acusado da prática do crime de «falta de promoção» de procedimento criminal; a queixa é ainda extensiva a mais cinco funcionários da DGFE. A Direcção da Organização Regional da Assembleia da «AD» na Câmara Municipal, dando lugar a novas eleições, como a única solução capaz de abrir a uma nova perspectiva futura e confiável, significa por parte dos capitalistas o aproveitamento a seu belo prazer do exército de desempregados que temos no nosso país. É uma arma nas mãos do patronato que visa, subjugar, dividir e desviar a juventude trabalhadora da luta pelos seus interesses de classe, que em muitos casos se transformam em discriminação e repressão. Não é pois deste modo, que se diminui o desemprego, não é deste modo que os jovens, muitos deles com responsabilidade

3 Terça-feira 1979 - É publicada no «Diário da República» a Lei das Finanças Locais, para entrar imediatamente em vigor.

Uma bomba de média potência destrói esta madrugada parte das instalações do Banco do Brasil, situado num edifício da Avenida Fontes Pereira de Melo, em Lisboa, em cujo 14.º andar se encontra instalada a embaixada do Brasil no nosso país; o atentado, que provocou ferimentos ligeiros num vigilante de uma empresa que se encontrava no interior das instalações, coincidiu com a presença oficial do presidente brasileiro em Portugal.

Os Comunistas na Assembleia da República

A «AD» chega a invocar a Constituição!

Uma aprovação por unanimidade marcou os últimos dias de actividade parlamentar, entre a discussão e votação de várias iniciativas. Trata-se da criação de uma Comissão Especial para o Ano Internacional do Deficiente que produza legislação sobre os problemas dos deficientes, fiscalize a actuação do Governo nesse campo e sensibilize a opinião pública para a importância das questões ligadas aos deficientes. Tal proposta, já apresentada pelo PCP e referida em número anterior do «Avante!», veio, na passada terça-feira, a recolher os votos positivos de todos os grupos parlamentares. É a primeira iniciativa dos comunistas que recebe tal apoio no hemiciclo, nesta sessão, legislativa.

Octávio Teixeira, do PCP, bem criticou o projecto, bem denunciou o «jogo vilado» que caracterizou o concurso público, bem demonstrou que a concorrência que os partidos da direita afirmam defender quer apenas diz respeito do capital monopolista. Com os trunfos que a maioria concede, a direita ratificou o decreto-lei e fechou o jogo. Ercilia Talhadas, do PCP, na declaração de voto definiu a ratificação como um prêmio a Prouça de Carvalho, o homem «AD» da RTP que é simultaneamente presidente do Conselho de Administração da Torralta.

Quem é a dar?

Na passada quinta-feira, os deputados dos partidos da direita distribuíram o jogo. Da «AD» só o PPM não participou na votação que concedeu a ratificação do diploma que concede à Torralta o monopólio do jogo em Tróia e cria nova zona de jogo. Contra a ratificação votou a oposição em peso, menos a ASDI que não estava presente.

Cilivagens...

As cilivagens, tanto no interior de partidos como no seio de algumas coligações têm sido o prato forte dos últimos dias. Já falamos das atitudes do PPM e da ASDI, partidos participantes respectivamente na «AD» e na FRS, quando da votação da ratificação do diploma sobre o jogo em Tróia. Na votação, finalmente verificada na quinta-feira passada, dos protestos sobre El Salvador, apresentados por vários partidos de esquerda, lá veio a cilivagem incluir-se nos resultados: se os votos apresentados pela UEDS

e pela UDP recolheram a maioria a favor — toda a oposição contra 16 votos do CDS e a abstenção do PPD, do PPM e de 5 deputados do CDS (estes cinco passaram a votar ao lado dos seus colegas no voto apresentado pela UDP), os votos apresentados pelo PCP e pelo MDP tiveram sorte diferente, produzindo-se de novo cilivagens, desta vez se na FRS: além dos comunistas e do MDP, votaram o protesto a UEDS e a UDP, a «AD» votou contra e o PS e «AD» alinharam na abstenção.

... e mais cilivagens

Depois de, na sexta-feira, após o período e antes da Ordem do Dia, ter sido iniciada a discussão das ratificações 38/II, do PCP e 43/II, do PS e da UEDS, sobre o Decreto-Lei 508/80, que regulamenta o Contrato de Serviço Doméstico, discutido durante

Um Provedor por medida «AD»

Na terça-feira última, os trabalhos iniciaram-se com uma declaração política de Jorge Sampaio, do PS, que abordava a questão do Provedor de Justiça. Ao referir-se à figura do Provedor José Magalhães Godinho, que se encontrava presente na galeria das personalidades, arrancou aplausos à maioria dos deputados. Até o PPD colaborou nas palmas. Mas tal convergência foi só de pouca duração. Ao tocar com o dedo na ferida — lembrou que o Primeiro-Ministro afirmara que tal cargo deveria ser desempenhado por alguém não afectado por interesses partidários, Amândio de Azevedo acusou-o de fazer campanha eleitoral «em dia de eleições». O PPD não estava muito seguro de recolher os votos de todos os seus deputados para a figura que a «AD» — mais precisamente o CDS — propusera: o desconhecido Pamplona Corte Real que, no dizer de Jorge Sampaio, não era conhecido como personalidade democrática. A votação final decidiu: o candidato do CDS ganhou com uma diferença de uma dezena de votos. A Comissão Constitucional conta com um novo vogal também. É Cardoso da Costa, que chegou

Iniciativas e projectos

No próximo dia 17 do corrente, por iniciativa do grupo parlamentar do PCP, a Assembleia da República vai pronunciar-se sobre a retenção inconstitucional pelas entidades patronais dos salários de Dezembro e do décimo terceiro mês aos trabalhadores que não tenham feito prova da declaração de rendimentos para efeitos de imposto complementar.

Hoje ainda, e no próximo dia 12, respectivamente, o PCP exporá ao plenário do Parlamento os seus projectos de lei sobre «direito de acompanhamento familiar da criança hospitalizada» e sobre «os direitos e formas de participação das associações de defesa do consumidor».

A primeira iniciativa prossegue objectivos de humanização dos serviços de saúde, procurando minorar os traumatismos que o internamento hospitalar provoca sobre a criança pobre. O projecto do PCP garante à mãe, pai ou outros familiares, a possibilidade de acompanhamento da criança sem subordinação aos horários de visita hospitalar e com isenção de qualquer taxa. Assegura-se simultaneamente que do exercício do direito não resulte perturbação do normal funcionamento dos serviços.

No campo da defesa do consumidor, o PCP propõe que as respectivas associações sejam assegurados vastos poderes de intervenção e participação, designadamente na definição da política de rendimentos e preços e de prevenção de infracções contra a saúde pública e a economia. Propõe-se igualmente a atribuição às associações de defesa do consumidor do direito de acção junto das entidades administrativas e dos tribunais com vista a enfrentar mais eficazmente as infracções antieconómicas e contra a saúde pública.

Em Estrasburgo Comunistas portugueses denunciam repressão na Turquia

O relatório sobre a situação na Turquia apresentado ao Conselho da Europa é manifestamente favorável à Junta militar que ocupa o poder naquele país — denunciou em Estrasburgo o camarada Carreira Marques que participou nos trabalhos daquele organismo internacional.

É no mínimo cinico — continuou Carreira Marques — afirmar-se que o general Evren quer o regresso à democracia e respeita as liberdades fundamentais, quando se sabe, e aqui mesmo foi demonstrado, que as prisões estão cheias de patriotas, que os presos políticos são torturados e até assassinados, que as actividades políticas e sindicais estão proibidas e que vigora uma feroz censura a toda a imprensa.

Foram igualmente denunciadas manobras militares no Curdistão turco, com vista a reprimir as forças democráticas daquela região, onde foram cometidas diversas atrocidades e assassinios.

A Junta Militar turca — prosseguiu Carreira Marques — tenta justificar para a opinião pública o golpe de 12 de Setembro com a necessidade de combater o terrorismo. Mas entretanto publicou uma lei a considerar como terroristas todos aqueles que estejam em oposição ao Conselho Nacional de Segurança (Junta Militar).

A intenção de Evren de convocar uma Assembleia Constituinte não passa de uma

farsa grosseira, já que ele próprio afirmou que em tal assembleia não terão lugar os «homens de partido» e será a própria Junta quem nomeará a Assembleia e lhe transmitirá o texto da futura Constituição.

A terminar, o parlamentar comunista considerou ineficaz o projecto de directiva — que veio a ser aprovado — e apelou à tomada de medidas mais consequentes e eficazes.

Em Estrasburgo os comunistas portugueses receberam delegações de jornalistas e trabalhadores emigrados turcos que, de viva voz, lhes transmitiram a realidade actual da Turquia.

A juventude e o desemprego

(...) O problema do desemprego, é hoje em Portugal um das grandes preocupações da juventude. A existência de centenas de milhares de jovens desempregados, de entre estes uma grande parte à procura do primeiro emprego, a necessidade de dar ocupação profissional aos 30 mil jovens que todos os anos procuram ingressar no mundo do trabalho, exige dos órgãos competentes, nomeadamente do Ministério do Trabalho resposta firme e objectiva para a sua resolução, resposta esta que não encontramos durante a vigência do VI Governo Constitucional. Nem a irmos encontrar certamente durante a vigência deste, que esperamos curta. No seu programa recentemente aprovado na Assembleia Nacional de concreto consta em relação a esta matéria.

Não são os despedimentos colectivos, não são os consequentes ataques às empresas nacionalizadas, não é a entrega de reservas aos agricultores e a consequente tentativa de liquidação da Reforma Agrária, não é com promessas demagógicas e eleitoralistas, que se resolve o problema do desemprego juvenil de

metodos de aquisição e avaliação de conhecimentos são conhecidos por os estudantes e professores, os programas são inadequados, a desorganização e indefinição reina nos cursos. Apesar disso, ainda não ouvimos do Governo ou da bancada da «AD» uma vez esclarecedora sobre o futuro desses milhares de jovens que medidas de urgência se vão tomar para este ano lectivo, sobre que critérios vão prevalecer para o acesso à Universidade (...)

Do fascismo herdámos os 40% de analfabetos que constituem grande parte da população portuguesa, e não foi novidade para nenhum de nós o que esse drama representa, e quais as consequências para a sociedade de que somos.

Do fascismo herdámos o recurso à mendicidade e determinadas formas de organização das escolas, que são hoje a realidade da maioria das escolas portuguesas.

Do fascismo herdámos a incapacidade de avaliar os serviços de saúde pública, os melhores do mundo para se dedicar a tarefas importantes e decisivas, tal como, por exemplo, a medicina preventiva.

Do fascismo herdámos a incapacidade de avaliar os serviços de saúde pública, os melhores do mundo para se dedicar a tarefas importantes e decisivas, tal como, por exemplo, a medicina preventiva.

Do fascismo herdámos a incapacidade de avaliar os serviços de saúde pública, os melhores do mundo para se dedicar a tarefas importantes e decisivas, tal como, por exemplo, a medicina preventiva.

So deficientes (...) Há que resolver os problemas dos deficientes que temos, mas há sobretudo que atacar as causas da deficiência. Nesta matéria o humanitarismo tem o seu lugar, mas o essencial é a solidariedade que a todos é exigida com a constatação mais ou menos caritativa. Importa pôr a procura nos deficientes em Portugal? Para além das causas genéticas, cromossómicas, ou das alterações ou normal desenvolvimento fetal, temos todo o enorme grupo das deficiências adquiridas, derivadas todas elas das injustiças, das heranças nefastas do fascismo e do sub-desenvolvimento da sociedade portuguesa. Como não pensar na imperatividade da qualificação dos SNS, se o virus de rubéola pode provocar deficiências no embrião que vão desde graves

doenças cardíacas a perturbações mentais? Se a gravidez em idade avançada ou se sucessivas ou pouco espaçadas podem levar a um mongolismo? Se a sífilis congénita às perturbações mentais ou à cegueira, se o alcoolismo dos pais a gravíssimos atrasos do desenvolvimento, por vezes irreparáveis nos filhos?

Tudo isto são perturbações que marcam o indivíduo ou no momento da sua concepção ou nas primeiras fases do seu desenvolvimento embrionário. Mas se em todas elas é possível e até fácil descoronar a responsabilidade social nos seus oriens, é sem dúvida no grande grupo das deficiências adquiridas que essa responsabilidade é ainda maior.

Se podemos encontrar no regime fascista, seus governos e políticas a razão de muitas delas, não é menos certo que pelo peso da herança e por recentes e presentes falta de vontade política, há um longuinho caminho

a percorrer em urgência. Do fascismo herdámos a incapacidade de avaliar os serviços de saúde pública, os melhores do mundo para se dedicar a tarefas importantes e decisivas, tal como, por exemplo, a medicina preventiva.

Do fascismo herdámos a incapacidade de avaliar os serviços de saúde pública, os melhores do mundo para se dedicar a tarefas importantes e decisivas, tal como, por exemplo, a medicina preventiva.

Do fascismo herdámos a incapacidade de avaliar os serviços de saúde pública, os melhores do mundo para se dedicar a tarefas importantes e decisivas, tal como, por exemplo, a medicina preventiva.

A seca e os agricultores

Um prolongado período de seca que se vem verificando e que, tudo o indica, se continuará a fazer sentir, bem como as fortes geadas e chuvas de inverno no nosso país, mais que contribuíram para um acentuado agravamento da crise em que se encontra a nossa agricultura, conduzindo-nos para uma situação de verdadeira catástrofe.

Embora de limites ainda imprevisíveis quanto à totalidade das suas consequências, a situação é já extremamente grave.

Parte considerável das culturas de Outono-Inverno, nomeadamente cereais, culturas forrageiras e pratenças, não chegarão a germinar e, as restantes, encontrar-se-ão queimadas ou atiradas nas suas consequências.

Embora de limites ainda imprevisíveis quanto à totalidade das suas consequências, a situação é já extremamente grave.

Parte considerável das culturas de Outono-Inverno, nomeadamente cereais, culturas forrageiras e pratenças, não chegarão a germinar e, as restantes, encontrar-se-ão queimadas ou atiradas nas suas consequências.

produções de citrinos, azeitona e castanha estão perdidas. — Comprometidas se encontram igualmente as culturas semestrais de batata, bem como diversos hortícolas.

A escassez de pastagens e de alimentos forrageiros afecta seriamente a pecuária.

Na previsão duma seca continuada, os agricultores tomam já medidas de racionalização da utilização das necessidades dos gados. Os agricultores começam a manifestar sérias apreensões quanto aos riscos de salinização das terras. Ameaçados se encontram também milhares de sarmos de perímetros de regadio, cuja actividade pode vir a ser acentua-

mente condicionada pelas dotações de água. Além disso, a situação exige que se tomem medidas urgentes. O Grupo Parlamentar do PCP encontra-se seriamente ameaçado, podendo as áreas de cultivo serem drasticamente reduzidas.

Tudo indica que teremos de enfrentar uma redução significativa dos nossos efectivos pecuários, bem como uma acentuada quebra das produções de cereais, oleaginosas, forragens, hortícolas, frutos, industriais, etc.

Os contratos-flagelo

(...) A sombra de uma impunidade escandalosa da responsabilidade do anterior governo e que o actual promete dar continuidade plena, o patronato tem vindo a transformar o regime excepcional do sector têxtil, verificando-se que a curto ou médio prazo cerca de 4 mil trabalhadores correm riscos sérios de

desemprego, ou a chantagem, ou o despedimento puro e simples.

Na Indústria Química, num grupo de empresas com 1279 trabalhadores, 251 são a prazo. Nos vidreiros, numa amostragem de 1958 trabalhadores, 296 estão a prazo. Na construção civil em 10 empresas com 9721 trabalhadores, 3425 são a prazo. Só na Soares da Costa — uma das maiores e mais bem apanchadas empresas do ramo — em 4500 trabalhadores, 2000 têm contratos a prazo.

Citaremos entretanto alguns exemplos, reportando-nos fundamentalmente ao que se passa no norte, em particular na zona do Porto.

No sector das madeiras, que congrega milhares de pequenas empresas, raros são os trabalhadores que são admitidos como efectivos, um novo processo foi inventado — o trabalho à peça. O mesmo se passa nos têxteis. Na Valfar, por exemplo, a maioria dos trabalhadores (em número que rondam os 600) estão sob o regime de contrato a prazo.

Na Uniteca, 200 trabalhadores foram despedidos ao fim de três

Montemor-o-Novo

O conselho de Montemor-o-Novo (o maior do distrito de Évora) não se reuniu essencialmente agrícola.

Durante o fascismo, foi amarrado ao seu atrás, permanecendo o seu povo na miséria e no obscurantismo.

Hoje e quando no conselho se começa a desenvolver a indústria e o comércio, logo aparece este governo a travar o seu desenvolvimento. A prova do que acabou de afirmar é o caso mais recente que se prende com a construção de um silo para armazenamento de cereais.

Em Dezembro de 79 foi a Câmara Municipal de Montemor informada através da empresa pública EPAC que esta estava interessada na construção de um silo regional no concelho. Dada a existência dos seus serviços regionais na vila de Montemor, foram efectuados estudos no sentido de verificar as hipóteses possíveis de implantação do silo junto à estação da CP.

Na entanto a gerência da CP tendo conhecimento deste empreendimento logo aconselha a EPAC a construir-lo na Torre da Gadenha, a 14 quilómetros da vila.

Houve já várias reuniões entre a Câmara Municipal, a CP e a EPAC e quando tudo parecia indicar que o problema seria resolvido e conteúdo de todas as partes, a Câmara é posta perante um facto consumado: ou autoriza-se a construção de um silo na Torre da Gadenha, ou

então não será feito, e mais grave ainda é o imposto pela EPAC que dá uma resposta até 31 de Janeiro deste ano.

É necessário, é justo que se faça esta pergunta: o que está por detrás de tudo isto?

É a EPAC que não quer construir e desculpou-se com a CP? Ou é a CP que quer encerrar o ramo? A CP limita-se a dizer que «por enquanto não». Mas vai avisando ao mesmo tempo a EPAC que o ramo não tem futuro.

Estas questões trazem a população de Montemor preocupada. Por isto lado a Câmara Municipal de Montemor informada através da empresa pública EPAC que esta estava interessada na construção de um silo regional no concelho. Dada a existência dos seus serviços regionais na vila de Montemor, foram efectuados estudos no sentido de verificar as hipóteses possíveis de implantação do silo junto à estação da CP.

Na entanto a gerência da CP tendo conhecimento deste empreendimento logo aconselha a EPAC a construir-lo na Torre da Gadenha, a 14 quilómetros da vila.

Houve já várias reuniões entre a Câmara Municipal, a CP e a EPAC e quando tudo parecia indicar que o problema seria resolvido e conteúdo de todas as partes, a Câmara é posta perante um facto consumado: ou autoriza-se a construção de um silo na Torre da Gadenha, ou

então não será feito, e mais grave ainda é o imposto pela EPAC que dá uma resposta até 31 de Janeiro deste ano.

É necessário, é justo que se faça esta pergunta: o que está por detrás de tudo isto?

É a EPAC que não quer construir e desculpou-se com a CP? Ou é a CP que quer encerrar o ramo? A CP limita-se a dizer que «por enquanto não». Mas vai avisando ao mesmo tempo a EPAC que o ramo não tem futuro.

Estas questões trazem a população de Montemor preocupada. Por isto lado a Câmara Municipal de Montemor informada através da empresa pública EPAC que esta estava interessada na construção de um silo regional no concelho. Dada a existência dos seus serviços regionais na vila de Montemor, foram efectuados estudos no sentido de verificar as hipóteses possíveis de implantação do silo junto à estação da CP.

Na entanto a gerência da CP tendo conhecimento deste empreendimento logo aconselha a EPAC a construir-lo na Torre da Gadenha, a 14 quilómetros da vila.

Houve já várias reuniões entre a Câmara Municipal, a CP e a EPAC e quando tudo parecia indicar que o problema seria resolvido e conteúdo de todas as partes, a Câmara é posta perante um facto consumado: ou autoriza-se a construção de um silo na Torre da Gadenha, ou

então não será feito, e mais grave ainda é o imposto pela EPAC que dá uma resposta até 31 de Janeiro deste ano.

É necessário, é justo que se faça esta pergunta: o que está por detrás de tudo isto?

É a EPAC que não quer construir e desculpou-se com a CP? Ou é a CP que quer encerrar o ramo? A CP limita-se a dizer que «por enquanto não». Mas vai avisando ao mesmo tempo a EPAC que o ramo não tem futuro.

Estas questões trazem a população de Montemor preocupada. Por isto lado a Câmara Municipal de Montemor informada através da empresa pública EPAC que esta estava interessada na construção de um silo regional no concelho. Dada a existência dos seus serviços regionais na vila de Montemor, foram efectuados estudos no sentido de verificar as hipóteses possíveis de implantação do silo junto à estação da CP.

Na entanto a gerência da CP tendo conhecimento deste empreendimento logo aconselha a EPAC a construir-lo na Torre da Gadenha, a 14 quilómetros da vila.

Houve já várias reuniões entre a Câmara Municipal, a CP e a EPAC e quando tudo parecia indicar que o problema seria resolvido e conteúdo de todas as partes, a Câmara é posta perante um facto consumado: ou autoriza-se a construção de um silo na Torre da Gadenha, ou

então não será feito, e mais grave ainda é o imposto pela EPAC que dá uma resposta até 31 de Janeiro deste ano.

É necessário, é justo que se faça esta pergunta: o que está por detrás de tudo isto?

É a EPAC que não quer construir e desculpou-se com a CP? Ou é a CP que quer encerrar o ramo? A CP limita-se a dizer que «por enquanto não». Mas vai avisando ao mesmo tempo a EPAC que o ramo não tem futuro.

Estas questões trazem a população de Montemor preocupada. Por isto lado a Câmara Municipal de Montemor informada através da empresa pública EPAC que esta estava interessada na construção de um silo regional no concelho. Dada a existência dos seus serviços regionais na vila de Montemor, foram efectuados estudos no sentido de verificar as hipóteses possíveis de implantação do silo junto à estação da CP.

Na entanto a gerência da CP tendo conhecimento deste empreendimento logo aconselha a EPAC a construir-lo na Torre da Gadenha, a 14 quilómetros da vila.

Houve já várias reuniões entre a Câmara Municipal, a CP e a EPAC e quando tudo parecia indicar que o problema seria resolvido e conteúdo de todas as partes, a Câmara é posta perante um facto consumado: ou autoriza-se a construção de um silo na Torre da Gadenha, ou

então não será feito, e mais grave ainda é o imposto pela EPAC que dá uma resposta até 31 de Janeiro deste ano.

É necessário, é justo que se faça esta pergunta: o que está por detrás de tudo isto?

É a EPAC que não quer construir e desculpou-se com a CP? Ou é a CP que quer encerrar o ramo? A CP limita-se a dizer que «por enquanto não». Mas vai avisando ao mesmo tempo a EPAC que o ramo não tem futuro.

Estas questões trazem a população de Montemor preocupada. Por isto lado a Câmara Municipal de Montemor informada através da empresa pública EPAC que esta estava interessada na construção de um silo regional no concelho. Dada a existência dos seus serviços regionais na vila de Montemor, foram efectuados estudos no sentido de verificar as hipóteses possíveis de implantação do silo junto à estação da CP.

Na entanto a gerência da CP tendo conhecimento deste empreendimento logo aconselha a EPAC a construir-lo na Torre da Gadenha, a 14 quilómetros da vila.

Houve já várias reuniões entre a Câmara Municipal, a CP e a EPAC e quando tudo parecia indicar que o problema seria resolvido e conteúdo de todas as partes, a Câmara é posta perante um facto consumado: ou autoriza-se a construção de um silo na Torre da Gadenha, ou

então não será feito, e mais grave ainda é o imposto pela EPAC que dá uma resposta até 31 de Janeiro deste ano.

É necessário, é justo que se faça esta pergunta: o que está por detrás de tudo isto?

É a EPAC que não quer construir e desculpou-se com a CP? Ou é a CP que quer encerrar o ramo? A CP limita-se a dizer que «por enquanto não». Mas vai avisando ao mesmo tempo a EPAC que o ramo não tem futuro.

Estas questões trazem a população de Montemor preocupada. Por isto lado a Câmara Municipal de Montemor informada através da empresa pública EPAC que esta estava interessada na construção de um silo regional no concelho. Dada a existência dos seus serviços regionais na vila de Montemor, foram efectuados estudos no sentido de verificar as hipóteses possíveis de implantação do silo junto à estação da CP.

Na entanto a gerência da CP tendo conhecimento deste empreendimento logo aconselha a EPAC a construir-lo na Torre da Gadenha, a 14 quilómetros da vila.

Houve já várias reuniões entre a Câmara Municipal, a CP e a EPAC e quando tudo parecia indicar que o problema seria resolvido e conteúdo de todas as partes, a Câmara é posta perante um facto consumado: ou autoriza-se a construção de um silo na Torre da Gadenha, ou

então não será feito, e mais grave ainda é o imposto pela EPAC que dá uma resposta até 31 de Janeiro deste ano.

É necessário, é justo que se faça esta pergunta: o que está por detrás de tudo isto?

É a EPAC que não quer construir e desculpou-se com a CP? Ou é a CP que quer encerrar o ramo? A CP limita-se a dizer que «por enquanto não». Mas vai avisando ao mesmo tempo a EPAC que o ramo não tem futuro.

Estas questões trazem a população de Montemor preocupada. Por isto lado a Câmara Municipal de Montemor informada através da empresa pública EPAC que esta estava interessada na construção de um silo regional no concelho. Dada a existência dos seus serviços regionais na vila de Montemor, foram efectuados estudos no sentido de verificar as hipóteses possíveis de implantação do silo junto à estação da CP.

Na entanto a gerência da CP tendo conhecimento deste empreendimento logo aconselha a EPAC a construir-lo na Torre da Gadenha, a 14 quilómetros da vila.

Houve já várias reuniões entre a Câmara Municipal, a CP e a EPAC e quando tudo parecia indicar que o problema seria resolvido e conteúdo de todas as partes, a Câmara é posta perante um facto consumado: ou autoriza-se a construção de um silo na Torre da Gadenha, ou

então não será feito, e mais grave ainda é o imposto pela EPAC que dá uma resposta até 31 de Janeiro deste ano.

É necessário, é justo que se faça esta pergunta: o que está por detrás de tudo isto?

É a EPAC que não quer construir e desculpou-se com a CP? Ou é a CP que quer encerrar o ramo? A CP limita-se a dizer que «por enquanto não». Mas vai avisando ao mesmo tempo a EPAC que o ramo não tem futuro.

Estas questões trazem a população de Montemor preocupada. Por isto lado a Câmara Municipal de Montemor informada através da empresa pública EPAC que esta estava interessada na construção de um silo regional no concelho. Dada a existência dos seus serviços regionais na vila de Montemor, foram efectuados estudos no sentido de verificar as hipóteses possíveis de implantação do silo junto à estação da CP.

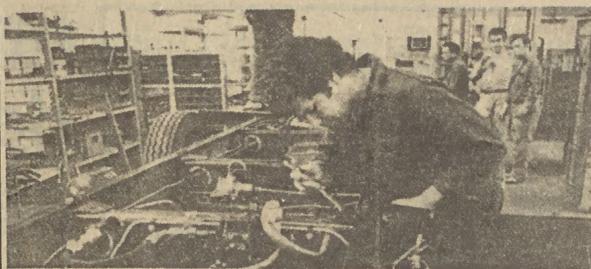
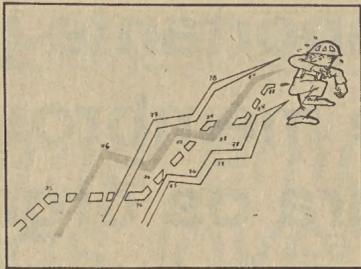
Na entanto a gerência da CP tendo conhecimento deste empreendimento logo aconselha a EPAC a construir-lo na Torre da Gadenha, a 14 quilómetros da vila.

Houve já várias reuniões entre a Câmara Municipal, a CP e a EPAC e quando tudo parecia indicar que o problema seria resolvido e conteúdo de todas as partes, a Câmara é posta perante um facto consumado: ou autoriza-se a construção de um silo na Torre da Gadenha, ou

Semana de luta

O apoio incondicional à semana de luta a realizar entre 23 e 28 do corrente foi manifestado no último sábado, na Voz do Operário, em Lisboa...

A definição das formas de luta adequadas à defesa do caderno reivindicativo aprovado pela CGTP/IN no seu plenário de 13 de Dezembro...



Banca nacionalizada sob ameaça crescente, posição dos bancários comunistas perante Sindicato, Governo e administração, um não decidido ao tecto salarial, venha ele sob pacto ou sob contrato por via amarela...

16 por cento recusados

O aumento-limite da «AD/UGT» não serve de «exemplo» para ninguém

Em causa o sector nacionalizado

«Os trabalhadores não aceitam e lutarão contra qualquer tecto salarial» — afirmam 15 Federações sindicais que cobrem todo o País e praticamente todos os ramos de actividade.

investimento público já efectuado e os respectivos postos de trabalho. As Federações não têm dúvidas de que este Governo «AD» não vai autorizar a atribuição dos 110 milhões de contos de investimentos...

negociação colectiva nas empresas e serviços do sector público. Assim não. «O desenvolvimento económico das empresas nacionalizadas — acrescentam as Federações — tem de ser conseguido através da participação activa, interessada e organizada dos trabalhadores...



ministros do Trabalho e de Estado adjunto do Primeiro-Ministro. Para além da questão do tecto salarial, foram abordados outros assuntos relacionados principalmente com a reintegração de trabalhadores despedidos...

que «não haverá fixação de qualquer tecto salarial». Sublinhamos nós, no entanto, que o mesmo Governo «AD», segundo o documento acabado de citar, não abdicará de considerar limites para o sector público sempre que a situação concreta das empresas e o seu objectivo de combate à inflação o exijam.

Má gestão no BNU

Alheamento sindical

A banca nacionalizada continua sob a mira dos que tentam destruir todos os suportes económicos da democracia como a Constituição e define em Portugal. Vários casos desses têm passado pelas páginas do «Avante!».

Num comunicado conciso, mas com elementos concretos e fundamentados (reafirma-se, nomeadamente, que o sector nacionalizado precisa de mais de 110 milhões de contos para investimentos em 1981) as 15 estruturas intermediárias da CGTP-IN...

Num comunicado conciso, mas com elementos concretos e fundamentados (reafirma-se, nomeadamente, que o sector nacionalizado precisa de mais de 110 milhões de contos para investimentos em 1981) as 15 estruturas intermediárias da CGTP-IN...

Não há fumo sem fogo

Alguns sintomas observados ultimamente, refere entretanto o Organismo de Direcção dos Bancários de Lisboa, do PCP, «apontam para a eventualidade de se determinarem mais algumas fusões de Bancos comerciais. Por que algumas instituições de crédito estarão a atravessar dificuldades internas graves? Para satisfazer exigências resultantes da pressão adesão à CEE? Que se passa? Não o sabem os trabalhadores! Mas não há fumo sem fogo. O fundamental — acrescenta o comunicado do organismo datado de 29 de Janeiro — não será constatar ou não as fusões.

O que está em causa, e não pode deixar de merecer o nosso reparo e o nosso repúdio, é o total desprezo a que os sucessivos governos lançam os trabalhadores bancários, é o total alheamento da direcção do Sindicato, que ignora e não cumpre as decisões do seu próprio Congresso, órgão máximo da vida sindical, que decidiu apenas com seis votos contra e algumas abstenções o seguinte:

O SBSI (Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas) exige do Governo uma rápida definição do modelo institucional e do sistema monetário e financeiro que se pretende implantar: no País e a definição das responsabilidades e formas de coordenação e fiscalização das instituições de crédito».

O SBSI, que defende a banca nacionalizada (pelo menos assim ordena o seu Congresso) tem uma direcção que não toma posição perante nada que afecte essa nacionalização. Como reafirma o Organismo de Direcção dos Bancários de Lisboa, a direcção sindical não tomou a posição que lhe compete. Não tentou «impedir a concretização do negócio de transferência de acções do Banco Franco-Português, que permite reforçar a sua privatização em vez de o colocar na total dependência do BNU. Tal negócio é prejudicial aos emigrantes portugueses e ao desenvolvimento económico nacional, além de abrir de novo o acesso à banca ao ex-banqueiro Miguel Quina, conhecido pelos abusos que cometeu, colocando vários milhões de contos dos depositantes do Banco Borges & Irmão à mercê do seu aventureirismo e má gestão».

Com a Marconi é assim!

«Ultrajante» é como a Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações classifica a contraproposta da administração da Marconi onde se afirma logo de entrada que «não é aceite nenhuma das propostas feitas pelos sindicatos». Além desta recusa global, a administração pretende que a «hierarquia possa intervir na actividade sindical» e, como se actuasse noutro país, sem qualquer respeito pelas leis do nosso, avança até contra direitos e garantias constitucionais e contra regalias conquistadas em convenções colectivas anteriores.

Basta de ataque às pescas

Os sindicatos de pescadores, proibidos pelo fascismo, decidiram avançar com a criação de uma Federação sindical do sector. Em plenário nacional, tomaram ainda outras decisões relacionadas com problemas de interesse geral para as Pescas, incluindo «a discussão com o Governo do documento do regime jurídico para o trabalho», entretanto, que os Sindicatos tinham sido recebidos por um representante, seria «a destruição das empresas nacionalizadas, alegando para tal que o Governo não tem vocação, para patrão» e «a criação de novos postos de trabalho» — promessa à qual os trabalhadores fazem seguir três pontos de interrogação. Na verdade, afirmam, «como é que se podem criar novos postos de trabalho, se constantemente se continua a vender os melhores navios das empresas nacionalizadas, alegando para tal falta de rentabilidade, e em contrapartida, o armamento privado ocorre à sua compra parecendo abutres». Os 40 mil trabalhadores das Pescas continuam dispostos a defender as empresas nacionalizadas, protegendo ao mesmo tempo os seus interesses, lutando pelas medidas que têm vindo a apresentar ao Governo e entre as quais avulta o saneamento económico e financeiro e a reestruturação das empresas.

lucros e dos juros. Essa responsabilidade — acrescentam — é reconhecida nos mesmos termos, entre outros organismos oficiais, pelo próprio Banco de Portugal e pelo Departamento Central de Planeamento. Diz o programa do Governo que o tecto salarial é necessário para limitar o aumento dos preços. As Federações consideram esta afirmação «simplista e falsa».

Enquanto apoia e incentiva lucros e juros, o actual Executivo «AD» compromete-se, «ainda por cima, a pagar mais de 100 milhões de contos de indemnizações aos antigos proprietários dos grupos monopolistas».

Ao referirem-se a este aspecto da questão, as Federações recordam ainda que o mesmo Governo pretende entregar a esses mesmos grupos do grande capital financeiro «projectos de investimentos em sectores hoje nacionalizados, em condições tais que inviabilizariam dezenas de milhões de contos de

Enquanto apoia e incentiva lucros e juros, o actual Executivo «AD» compromete-se, «ainda por cima, a pagar mais de 100 milhões de contos de indemnizações aos antigos proprietários dos grupos monopolistas».

Mas o Governo engana-se, ou tenta enganar os outros. Acha, ou pelos menos assim o afirma, que melhorará as empresas nacionalizadas e reduzirá cada vez mais os salários dos seus trabalhadores, é limitar ou destruir direitos e regalias conquistadas, é restringir a liberdade de

Ministros reúnem com a CGTP-IN

Uma delegação de três membros do secretariado nacional da CGTP-IN era entretanto recebida pelos

Transportes Três factos em destaque para um Seminário europeu

A realização nos arredores de Lisboa, em 30 e 31 de Janeiro, da 1.ª Reunião Preparatória do 3.º Seminário Europeu de Transportes Rodoviários, sob a presidência de Alex Kitson, secretário-geral adjunto do Sindicato dos Transportes da Grã-Bretanha (ITGWU), membro do conselho geral da central escocesa (STUC) e vice-presidente da Internacional Socialista, veio sublinhar três factos importantes na actualidade sindical do nosso País.

Primeiro: a reunião foi organizada por uma estrutura intermediária da CGTP-IN, a Federação dos Transportes Rodoviários e Urbanos, prova do crescente prestígio e responsabilidade de que goza em todo o mundo o Movimento Sindical Unitário português.

Segundo: a presença de delegações chefiadas por dirigentes prestigiados e altamente responsáveis da Grã-Bretanha, Hungria, França, Checoslováquia, Finlândia, Itália e RDA, além de sublinhar por seu turno o prestígio e responsabilidade da organização sindical unitária, é uma prova indelével de solidariedade internacional, designadamente para com as lutas que os trabalhadores rodoviários venceram no ano findo e para com as novas que se esboçam no campo das reivindicações e da organização em defesa da unidade contra as ameaças e os riscos que os promotores do divisionismo lançam no sector.

Terceiro: o significado da unidade. Não apenas o significado e o alcance da unidade sindical. Mas da unidade, simplesmente: «no momento

rompendo assim a orientação governamental de um máximo de 16 por cento. Quanto ao sector privado de transporte de passageiros e à Rodoviária Nacional — sublinhou — estamos a preparar desde já as acções necessárias com vista a desbloquear as dificuldades, sendo previsível o desencadear de greves a curto prazo».

Ao caracterizar a origem e os interesses que comandam os ataques à unidade, o representante da Federação dos Rodoviários referiu-se a «Toda a campanha divisionista que nos últimos anos tem grassado em Portugal» e à qual naturalmente não podia escapar o sector dos transportes, «alvo desses ataques cada vez mais ferozes», mas aos quais «temos dado — salientou — um combate muito firme e determinado, cujos resultados são extremamente positivos».

Seminário em Budapeste

A Reunião, que aprovou uma declaração final, marcou um segundo encontro preparatório para Helsínquia e decidiu realizar o 3.º Seminário Europeu de Transportes Rodoviários em Budapeste, capital da Hungria, entre 12 e 16 de Agosto de 1981.

Os dois Seminários anteriores decorreram na União Soviética e na Grã-Bretanha com a presença de delegações sindicais de toda a Europa.

Greves a curto prazo

Ao saudar as delegações estrangeiras, em nome da Federação, depois de se referir nomeadamente às lutas travadas no sector durante o ano passado, com relevo especial para a Rodoviária, empresa pública declarada em «situação económica difícil», que acabou por não ser aplicada devido à firme oposição dos trabalhadores, Rogério Torres lembrou as lutas vitoriosas na Carris e no Metro de que resultaram «aumentos salariais e outras regalias superiores a 22 por cento», e frisou: «Há dias, conseguimos acordar com o sector privado de transportes de mercadorias aumentos superiores a 20 por cento,

O Sitiese acorda tarde Mas o Telejornal lá está!

O Sitiese é o Sindicato (SI) dos Trabalhadores (T) de Escritório (E) e Serviços (SE) — versão UGT do ex-Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Sul e Ilhas. É este Sindicato, pilar da «central» divisionista, um dos maiores do País. Mas é também um dos mais afectados pela dessindicalização, cuja campanha os próprios gonalistas e outros ugétes foram os primeiros, e os únicos, a lançar por vários meios entre os quais avulta a chamada lei da quotização sindical.

Pois é esse mesmo Sindicato que agora lança uma campanha ao contrário. Com a ajuda sempre estimável do Telejornal vem o Sitiese para a rua com a palavra de ordem «sindicalizem-se». E como se viesse a propósito, um dirigente do Sitiese afirma publicamente que o «seu» Sindicato está bem — que é o «mais poderoso» e coisas assim todas com bom formato.

Mas como se a propósito viesse também, o mesmo dirigente dos Escritórios aproveita para afirmar, da mesma assentada, que o Sindicato do Comércio de Lisboa, que não pertence à UGT, já teve 60 mil associados e hoje só tem 20 mil.

É isto que não se faz. Não porque a fraude, a desinformação, a mentira sejam surpresa na boca da UGT. Mas porque a sindicalização é na

verdade assunto demasiado sério para a «operação Sitiese».

Outros interesses estarão porventura em jogo nessa operação que a RTP recebe tão bem «transformando-a em notícia do dia», como lembra a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços.

Para já, porém, recordemos apenas a coincidência da «campanha de dinamização sindical inédita» com o II Congresso da UGT e com as contradicções e litígios que afectam por dentro a «central» do divisionismo a que PS, PPD e CDS resolveram chamar UGT.

Um desmentido e outra coincidência

O desmentido e da direcção do Sindicato do Comércio e Serviços de Lisboa que considera as afirmações do dirigente do Sitiese «absolutamente falsas». Aquele Sindicato, que defende consequentemente as posições da unidade, tem cerca de 55 mil associados e não os 20 mil anunciados na «operação Sitiese». Ouvindo por um jornal diário um porta-voz do Comércio afirmou que o contacto pessoal com os trabalhadores só é «inédito» (alusão ao slogan da campanha) para a direcção do Sitiese e para os dirigentes dos restantes sindicatos que alinham pela UGT.

Quanto à coincidência

que a refere desta vez e a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços e não é de estranhar que a RTP/Pronça também aqui apareça.

Segundo um comunicado daquela Federação, a «campanha de dinamização sindical inédita» da direcção do Sitiese vem coincidir com o período de preparação do 1.º Congresso da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços, que constituirá «simultaneamente a comemoração do 10.º aniversário da luta dos trabalhadores do comércio pela conquista do horário semanal de 44 horas em regime de semana inglesa, luta essa que culminou na histórica manifestação de cerca de 5000 trabalhadores do comércio e serviços em São Bento, em 15 de Março de 1971».

Não é aqui que entra ainda a RTP/Pronça. Em 1971 o sr. Pronça de Carvalho ainda não dirigia os destinos da TV. Mas entra já a seguir porque a conferência de imprensa que a Federação convocou para anunciar aquele Congresso não mereceu a presença da Televisão/Pronça de Carvalho. Certamente porque esse 1.º Congresso e a sua preparação não serão «inéditos» como «inédita» é a operação Sitiese que a Federação considera justamente uma operação «a favor do divisionismo sindical».



Alex Kitson, que presidiu, tendo à sua direita Rogério Torres, do secretariado da Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos. À esquerda do Kitson o camarada Nikolay U. Azarov, que chefiou a delegação soviética à 1.ª Reunião Preparatória organizada por aquela Federação

Prioridades lembradas no Porto

«Reforçar a unidade e a organização, desenvolver a luta com audácia e determinação e criar uma dinâmica viva de resistência à actual política do Governo», constitui «tarefa prioritária» do movimento sindical unitário, afirma a resolução aprovada em plenário convocado pela USP, União dos Sindicatos do Porto.

Reunidos para debater a actual situação social e político-sindical, centenas de dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores do distrito norte-nordeste responsabilizaram o Governo «AD»/Balsemão pela deterioração acelerada das condições de vida das classes trabalhadoras e de outras camadas da população.

A política de repressão e de miséria que a «AD» pretende instalar no País, com várias «desculpas de mau pagador» e com o auxílio dos divisionistas do pacto social, foi claramente denunciada numa resolução. O documento apela nomeadamente à luta pelo caderno reivindicativo da CGTP-IN.

Referência especial mereceram os contratos a prazo utilizados cada vez com mais abuso e sem cumprir sequer a lei que os regulamenta. Os despedimentos e a repressão, com o apoio do Governo «AD», foram também condenados pelo plenário. Em moção específica foi exigida a revogação dos «brutais aumentos dos serviços médico-sociais,

frontalmente contrários ao direito à saúde». O divisionismo e a luta pela unidade sindical foram também objecto de uma moção. Nela se repudia a imposição do pacto social «AD/UGT», considerado uma traição aos interesses e direitos dos trabalhadores. Desenvolver a luta unitária nas empresas e reforçar a organização representativa foram também tarefas e acções apontadas pelo plenário que se realizou aberto a todas as iniciativas que permitam o alargamento da unidade dos trabalhadores, desde que não sejam postos em causa os direitos e interesses dos explorados e o espírito libertador de Abril.

O Porto prepara as comemorações do 60.º aniversário do Partido

As organizações do distrito do Porto debatem intensivamente as comemorações do 60.º Aniversário do Partido.

Em toda a Organização Regional do Porto multiplicam-se as reuniões de organismos e assembleias de militantes, para discutir a concretização do trabalho para o reforço do Partido, fixando medidas, prazos, metas e objectivos.

Entretanto, estão programadas numerosas iniciativas de comemoração do aniversário, quer regionais quer locais ou de sector.

Estão em preparação um espectáculo e uma exposição sobre a vida do Partido e a luta dos comunistas na região e programado um comício a realizar em data a decidir oportunamente. Algumas outras iniciativas estão ainda a ser discutidas. As organizações concelhias e os comités profissionais preparam um vasto programa comemorativo em que

se destacam os comícios, festas, e sessões, as exposições, exhibições de filmes e diaporamas, as provas desportivas, jantares comemorativos, etc.

O Comité Local do Porto, por exemplo, leva a efeito uma prova de atletismo entre a primeira sede do Partido no Porto (antes do fascismo) e o actual Centro de Trabalho da DORP, além duma festa para crianças, de um campeonato de futebol inter-bairros, de um torneio de damas, de um concurso de pesca, etc.

No programa da Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia destacam-se por sua vez, uma exposição sobre o «Avante!», um espectáculo sobre a vida do Partido, uma exposição de autocolantes e algumas iniciativas de propaganda espectacular.

Todas as organizações estão a preparar a venda pública dos números especiais do «Avante!» comemorativos dos 50 anos do nosso órgão central e do 60.º Aniversário do Partido.

Comunistas de Alcochete definiram orientações para o trabalho político

Efectuar no próximo mês de Março a II Assembleia da Organização Concelhia — esta uma das importantes decisões tomadas pelos comunistas de Alcochete, reunidos no último sábado em plenário de militantes, o primeiro integrado na planificação do 60.º aniversário do PCP naquele concelho.

Estavam presentes na mesa os camaradas Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central; Valdemar Santos, da DORS; e os membros do executivo da Comissão Concelhia de Alcochete.

O XI Balanço da Organização a nível concelho foi um dos temas em foco no início dos trabalhos, tendo-se salientado a necessidade do reforço do Partido através dos novos recrutamentos e as lacunas no funcionamento normal dos organismos, devido, principalmente, aos actos eleitorais e respectivas campanhas no ano de 1980.

Conclusões

Da discussão viva e interessada que dinamizou o plenário e do estudo preparatório resultaram

importantes orientações para a actividade futura dos militantes comunistas do concelho.

Além de ter marcado a II Assembleia de Organização do Samouco, o plenário decidiu:

- Reforçar os órgãos dirigentes locais do Partido, designadamente a Comissão Concelhia e o seu Executivo;
- Constituir a Comissão de Freguesia de Alcochete e estruturar as comissões locais de São Francisco, Centro Vila, Caixa, Passil, Fonte da Senhora e Valbom;
- Activar mais as células de empresa da Firestone, Ormiz,

Orvalho, SNAB, Alumínio, Trabalhadoras da Câmara e formar os seus secretariados;

- Desenvolver organismos de coordenação de frentes diversas (desde as Autarquias ao trabalho camponês);
- Recrutar, em 1981, pelo menos, mais 100 novos militantes para o Partido e simultaneamente estabelecer o contacto regular com os já inscritos;
- Aumentar a recolha de fundos nas células do Partido e junto da população e dos trabalhadores com iniciativas variadas;
- Melhorar as condições de trabalho e estadia no Centro de Trabalho, tornando-o mais aberto e convidativo à população;
- Divulgar com maior intensidade os materiais do Partido, muito especialmente o «Avante!», «O Militante» e os documentos políticos;
- Conhecer muito mais os problemas que afligem os trabalhadores e os moradores, empresa por empresa e bairro por bairro, com vista a uma mais eficaz e ajustada contribuição dos comunistas na resolução dos mesmos.

O camarada Sérgio Vilarigues, no final, interveio sobre os aspectos gerais do 60.º aniversário do PCP relacionando-o com factos e ideias surgidas no plenário, e sobre a situação política nacional e internacional.

e da DORBL, Luís Sá, do GTAL, Pinto Ângelo, do Executivo da Comissão Concelhia de Coimbra e ainda João Cardoso Fausto, Castelo Viegas e Alberto Janeiro, membros da Comissão Concelhia.

Primeiro interveio Pinto Ângelo referindo aspectos gerais da actividade das autarquias locais e o seu acompanhamento, a ligação entre os eleitos dos órgãos municipais e os das freguesias, o papel da APU, a participação dos trabalhadores nas autarquias de gestão democrática. João Cardoso, o segundo orador, sublinhou o trabalho positivo desenvolvido pela APU na Câmara e Assembleia Municipal de Coimbra.

Rui Alves, vereador da Câmara Municipal da Figueira da Foz, fez o balanço de um ano de actividade, ao que se seguiram intervenções de membros de várias autarquias, com realce para as de Fausto Correia e Castelo Viegas, sobre a única freguesia do distrito de Coimbra em que a APU tem a maioria absoluta e aquela em que o plano de actividades de 1980 foi integralmente cumprido, tendo até concretizado obras que ultrapassaram.

As últimas intervenções estiveram a cargo de Luís Sá, que referiu a política gravosa do Governo «AD» no campo das autarquias, e António Santos, do CC do PCP, que enquadrou o trabalho das autarquias na actual situação política.

Em Coimbra o PCP reúne, discute e planifica

Quadros responsáveis do PCP dos distritos de Coimbra, Aveiro e Viseu reuniram-se nesta primeira cidade no passado dia 28 de Janeiro para discussão das conclusões da reunião do CC do PCP de 17 de Janeiro último.

Tratava-se de um Plenário Regional de Quadros da DORBL, onde foram igualmente discutidos os projectos relativos às comemorações do 60.º aniversário do PCP a nível regional, bem como a situação financeira do sector. Sobre este ponto o camarada Vítor Costa, da DORBL, fez uma exposição sobre a situação financeira da Organização Regional, a volta da qual se travou uma discussão viva e proveitosa.

Esteve presente, para além dos responsáveis pelas

organizações distritais e dos camaradas da Direcção da Organização Regional da Beira Litoral, o camarada Jaime Serra da Comissão Política do CC do PCP, que fez a intervenção política inicial e encerrou o debate. Presidiu aos trabalhos o camarada José Carlos do CC do PCP.

Reunião da APU

Promovida pelo PCP, decorreu no passado dia 31 de Janeiro no anfiteatro da Faculdade de Letras, em Coimbra, uma reunião de eleitos das autarquias locais e outros activistas da APU. Na mesa encontravam-se os camaradas António Santos e José Carlos, membros do CC

trabalho onde se desenvolve a actividade dos camaradas, destacamos a parte que diz respeito à «posição do Movimento Sindical Unitário», designadamente o apelo para levar à prática a reivindicação central do mesmo Movimento face ao Inatel: serem os trabalhadores organizados através dos seus sindicatos a gerirem o Inatel.

Quanto à situação dos trabalhadores do Instituto, o relatório aponta «em linhas gerais» o seguinte:

«1. Ausência de normas legais que contemplem na globalidade toda a política de pessoal; 2. Salários que são dos mais baixos de todo o sector de serviços e cujo leque é perfeitamente desmotivador;

3. Indefinição de carreiras profissionais, o que acarreta não haver promoções profissionais há mais de cinco anos; 4. Não estão definidas as funções para cada categoria, o que implica imediato prejuízo para o Inatel, nuns casos e para os trabalhadores em todos, pois muitos exercem funções que não correspondem às suas categorias; 5. Suspensão de todas as acções de formação profissional e de sensibilização de chefias iniciadas em 1976; 6. Existência de regalias sociais regionalizadas e sectorizadas; 7. A defesa por parte das chefias do poder pessoal a todo o custo, não possibilitando o aparecimento do trabalho de equipa conforme as modernas técnicas de gestão».

Importante plenário distrital de membros do PCP eleito para os órgãos autárquicos

Com a participação de mais de 150 camaradas de todos os concelhos, decorreu no primeiro dia do mês, no salão nobre da Câmara Municipal de Setúbal, um importante plenário distrital de membros do PCP eleitos para os órgãos autárquicos.

Presentes na mesa que orientou os trabalhos do encontro os camaradas Carlos Costa, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central; Manuel Sobral, do CC e da DORS; José Vieira, Francisco Lobo e Helder Madeira, presidentes das Câmaras Municipais de Almada, Setúbal e Barreiro; José Manuel Aranha Figueiredo, presidente do Conselho Municipal de Setúbal (todos membros do CC), e Alberto Manuel Sousa Pereira, da Assembleia Municipal da mesma localidade.

Registraram-se intervenções de todos os concelhos sobre o trabalho geral do Partido e da APU em cada um e ainda quatro mais específicas de camaradas de Juntas de Freguesia (Samouco, Almada, São Julião e Sines), a partir das quais se gerou o debate no plenário.

Foi analisado o extraordinário trabalho desenvolvido e perspectivado pelos vários órgãos autárquicos APU, muito especialmente pelas Câmaras Municipais, sem no entanto se deixar de ter em conta as deficiências e a maior ou menor capacidade de diálogo e cooperação de outros eleitos por partidos ou coligações aliados ou adversários da APU.

Pela riqueza do debate desenvolvido no plenário, justificar-se-ia, segundo viria a sugerir o camarada Carlos

Costa, a publicação de uma brochura que reunisse todos os materiais, escritos ou orais.

Em assuntos tão diferenciados e difíceis como o abastecimento de água e electricidade, saneamento básico, planeamento, construção e habitação, loteamentos e clandestinidades, estradas, arruamentos e trânsito, saúde, segurança social e assistência à 1.ª infância e à 3.ª idade, ensino, cultura e desporto,

turismo, reestruturação de serviços e taxas, a conclusão é a de que se realizou nestes últimos anos de liberdade (e sobretudo por aqueles que por ela lutaram e melhor a servem) muito mais e melhor do que nos 50 anos do fascismo, onde não havia poder local mas sim "as autarquias que eram terminais do Governo e em particular do Ministro da Administração Interna..."

Concluiu-se que no distrito de Setúbal, directa ou indirectamente através das autarquias, também o IX Centenário de Camões para dignamente comemorado, conforme orientação do IX Congresso do

PCP realizado em 1979 no Barreiro.

No entanto, o êxito de que os balanços concelhios e sectoriais dão conta seria pura e simplesmente impossível de alcançar se não fosse o espírito de sacrifício dos comunistas e outros democratas eleitos e a sua opção revolucionária de tudo discutir e concretizarem em sintonia com os demais órgãos eleitos (Juntas e Assembleias) e organizações populares e de base (Comissões e Associações de Moradores, Colectividades e Comissões de Trabalhadores), assim como outras instituições estatais e privadas.



Um plenário a que em breve se seguirão outros dois

Quadros comunistas de Castelo Branco reuniram no Fundão

Com a participação de mais de uma centena de militantes, decorreu recentemente no Fundão uma importante reunião de quadros comunistas promovida pela Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP.

Foram analisados aspectos de organização, as comemorações do 60.º aniversário do Partido e as perspectivas de actividade dos militantes comunistas no distrito para o presente ano de 1981.

No início dos trabalhos,

o camarada Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central do PCP, fez uma comunicação sobre a situação política actual e as perspectivas do Partido no distrito de Castelo Branco, e resolução sobre o programa de comemorações do 60.º aniversário do Partido no distrito

de Castelo Branco. Durante o encontro, realizado no Casino Fundanense, foram aprovados três

documentos saudação ao jornal «Avante!» por motivo do seu próximo 50.º aniversário saudação aos trabalhadores e democratas do distrito de Castelo Branco, e resolução sobre o programa de comemorações do 60.º aniversário do Partido no distrito

Plenário de militantes em Portalegre

Com a presença dos camaradas António Gervásio, membro da Comissão Política do CC do PCP, e Diamantino Dias, membro suplente do CC do PCP, realizou-se no passado dia 31 de Janeiro no Centro de Trabalho de Portalegre um plenário distrital de militantes.

Nesta reunião, para além de

uma análise da situação política nacional, foram definidas as tarefas que se colocam à organização no momento presente e para este ano de 1981 sendo ainda definido o lançamento de uma campanha de fundos para o pagamento do Centro de Trabalho do Partido que foi recentemente adquirido.

Outros plenários

Está marcado para amanhã, dia 6 de Fevereiro, um plenário de militantes do concelho de Nisa que se realizará pelas 20 horas para definir as tarefas que se colocam neste ano de 1981 e questões relacionadas com

o próximo 60.º aniversário do PCP estará presente o camarada Diamantino Dias.

Um outro plenário de militantes com os mesmos objectivos, está marcado para depois de amanhã, dia 7 de Fevereiro, no concelho do Crato — Flor da Rosa, começará pelas 15 horas no Centro Cultural.

Fundos para o novo CT de Samora Correia

Iniciada em 22 de Junho de 1980, prossegue a campanha de fundos para a construção do novo Centro de Trabalho do PCP em Samora Correia, tarefa que está a mobilizar, num ambiente de entusiasmo e dedicação, muitos camaradas e amigos daquela zona.

Até 31 de Dezembro de 80 os donativos em dinheiro de militantes e simpatizantes registavam 89 885\$80. De 26 de

Outubro a 31 de Dezembro passado a receita líquida proveniente de almoços-convívio servidos no CT por iniciativa da Comissão Pró-Sede atingiu 60 418\$50.

Assim, o total angariado até ao final do ano de 80 é de 150 304\$30. Mas os camaradas e amigos de Samora Correia não querem ficar por aqui...

Faltam só mil contos para o novo CT de Almada!

Realizou-se no último fim-de-semana no Centro de Trabalho «Alberto de Araújo», em Almada, um plenário de quadros da Concelhia do PCP em Almada, constando da ordem de trabalhos uma análise sobre a campanha de fundos «Almada uma Casa do Partido» e as tarefas que se põem para as próximas

comemorações do 50.º aniversário do «Avante!» e 60.º do Partido.

Em relação à campanha de fundos foi realçado o bom trabalho desenvolvido e recordado que faltam realizar até ao final deste mês cerca de mil contos para se atingir

a meta proposta dos 10 000 contos necessários para a aquisição do imóvel, considerando-se animadoras as perspectivas que se apresentam.

Seriam ainda abordadas mais desenvolvimentos pelos camaradas Manuel Maia e Vasco Ramilides, do CC do

PCP, questões relacionadas com os próximos aniversários em que está empenhado o nosso Partido e salientada a importância da campanha de 200 novos militantes, bem como a necessidade de reactivar as Comissões de Moradores e estreitar o contacto directo entre autarquias e população.

Assembleia do Inatel Mais e melhor este ano

- Aprovado o Relatório
- Eleito novo secretariado

Recrutar 20 novos militantes em 1981 é um dos objectivos aprovados para o Inatel pela 2.ª assembleia da organização naquele Instituto que, como é sabido, está ligado directamente aos tempos livres dos trabalhadores.

O aumento do valor da quotização em 15 por cento, a melhoria da articulação entre vários sectores do Instituto, o melhor trabalho de organização foram outros objectivos aprovados pelos camaradas do Inatel na sua 2.ª Assembleia, realizada no Centro de Trabalho Vitória, no último sábado.

O relatório da actividade do secretariado cessante foi aprovado, após várias intervenções, bem como moções pontuais e de orientação. Entre estas, merecem destaque especial a que se relaciona com os objectivos a alcançar pelo Partido, a saudação pela passagem do 60.º aniversário do PCP a de apoio aos trabalhadores e ao povo em luta em El Salvador.

A Assembleia elegeu o novo secretariado.

Do relatório de actividade e das propostas de acção, que abrangem vários assuntos específicos dos locais de



«Uma Casa do Partido»: mais um passo para a meta

movimento dos festivais da canção juvenil Uma entusiástica iniciativa dos jovens comunistas aberta a toda a juventude!

O jornal «Juventude», órgão central da JCP, promove no primeiro semestre deste ano mais uma edição do Movimento Nacional dos Festivais da Canção Juvenil (MNFCJ), iniciativa que culminará nos fins de Malo em Lisboa com uma finalíssima onde serão apresentadas as melhores canções.

Os interessados devem contactar as sedes da JCP para uma informação pormenorizada sobre a dinâmica e condições do MNFCJ.

No entanto, aqui ficam alguns dos principais aspectos do regulamento geral da iniciativa:

Tendo como principal objectivo desenvolver a canção como veículo de expressão cultural e de convívio, ao MNFCJ, que se subordina ao lema «Assim Canta a Juventude», poderão concorrer jovens portugueses com idade até 30 anos, não inscritos no Sindicato dos Trabalhadores do Espectáculo ou no Sindicato dos Músicos e que não tenham discos editados por editoras comerciais.

Cada concorrente (solista ou conjunto) inscrever-se-á com uma canção, de tema livre, que será ele que a interpretará, em Português.

Não é obrigatório que as letras e músicas das canções sejam da autoria do concorrente. No caso de não serem, terão contudo de obedecer aos seguintes requisitos:

1.º A música terá de ser original e da autoria da pessoa com idade não superior a 30 anos, não inscrita no Sindicato dos Trabalhadores do Espectáculo ou no Sindicato dos Músicos e que não tenha discos gravados por editores comerciais;

2.º A letra terá de ser original e da autoria da pessoa com idade não superior a 30 anos, não inscrita no Sindicato dos Trabalhadores do Espectáculo, no Sindicato dos Músicos, na Sociedade Portuguesa de Autores ou na Associação Portuguesa de Escritores.

O MFCJ decorrerá em duas fases: a primeira constituída por Festivais Locais (concelhos, distritos, de empresas, de escola, etc.) organizados por estruturas locais da JCP, uma segunda, constituída por um Festival Nacional a realizar em Lisboa.

Os concorrentes ao MFCJ candidatam-se à atribuição de sete prémios nacionais, a serem atribuídos pelo júri do Festival Nacional final, nos moldes estabelecidos por este regulamento.

São os seguintes os prémios:

- a) Grande Prémio do Movimento dos Festivais da Canção Juvenil;
- b) Segundo Prémio;
- c) Terceiro Prémio;
- d) Prémio à melhor música;
- e) Prémio à melhor letra original;
- f) Prémio ao melhor intérprete.

A inscrição far-se-á junto da entidade organizadora local mediante o preenchimento de um boletim de que constarão obrigatoriamente:

Identidade completa do concorrente incluindo: nome, data de nascimento, estado civil, local de nascimento, profissão/ocupação, local de residência, título da canção com que concorre, identidade dos autores da letra e da música no caso de não se tratar do próprio concorrente.

A entidade organizadora promoverá a constituição de um júri para o respectivo Festival local. O júri será constituído nos moldes que a entidade organizadora entender mais convenientes segundo as características e possibilidades locais (convite prévio a pessoas, constituição no início do próprio espectáculo por pessoas do

público ou qualquer outra forma).

O júri procederá à sua votação no espectáculo referido depois de ouvidos todos os concorrentes que serão apresentados segundo a ordem definida em sorteio.

Cada um dos elementos do júri será distribuído, antes das apresentações, um boletim de que constam os nomes de todos os concorrentes. No final da audição de todos os concorrentes, os membros do júri lançarão o boletim preenchido na urna. Cada elemento do júri classificará cada um dos concorrentes segundo uma escala de 0 a 5, correspondendo o 5 à melhor classificação. O apresentador do espectáculo procederá depois à leitura dos boletins (que não podem ter qualquer elemento que identifique a identidade do respectivo membro do júri), um por um e concorrente a concorrente, inscrevendo nas classificações atribuídas num quadro instalado no palco.

Os dois concorrentes que obtiverem classificações mais elevadas ficarão apurados para a segunda fase - Festival Nacional.

Para formalizarem a sua presença na segunda fase os concorrentes apurados em cada um dos festivais locais terão de, no prazo de quinze dias após a realização do espectáculo em que foram apurados, fazer entrega, à entidade organizadora local de um envelope contendo:

- a) Uma ficha de identificação idêntica à preenchida para a inscrição no festival local;
- b) Dois exemplares dactilografados da letra da canção;
- c) Uma cassette gravada pelo concorrente interpretando a respectiva canção;
- d) Fichas de identificação dos eventuais autores da letra e música no caso de não serem o concorrente.

Os concorrentes aos Festivais locais que não tenham sido apurados para

concorrer ao Festival Nacional mediante a obtenção de um primeiro ou segundo lugar poderão, se o desejarem, concorrer ao Festival Nacional. Para isso terão de preencher todos os requisitos previstos nos moldes indicados.

A entidade organizadora de cada um dos festivais locais procederá, no prazo de três dias após o fim do período de dez dias anteriormente indicado ao envio de envelopes contendo os materiais necessários à inscrição no Festival Nacional, acompanhados de uma acta sobre o Festival que organizou.

Os elementos deverão ser enviados para a Comissão Organizadora do MFCJ que funciona na Sede Nacional da JCP (Juventude Comunista Portuguesa), Rua Sousa Martins, n.º 8, 3.º andar, telef. 557349 ou 557364.



Organizadora do MFCJ que funciona na Sede Nacional da JCP (Juventude Comunista Portuguesa), Rua Sousa Martins, n.º 8, 3.º andar, telef. 557349 ou 557364.

O Júri Nacional reunirá uma primeira vez por convocação da Comissão Organizadora do MFCJ e decidirá o funcionamento de vários objectivos (apuramento entre todos os concorrentes apresentados pelas entidades organizadoras de Festivais locais de duas que participarão no espectáculo final, etc.)

Entretanto, um pouco por todo o País começam a surgir os primeiros festivais. Na Beira Interior, por exemplo, estão já marcados os da Covilhã (14 de Fevereiro), Guarda (21 de Março), Castelo Branco e Gouveia (ambos no dia 28 de Março) e Seia (4 de Abril).

em Setúbal

Foi realçada a necessidade de dar especial tratamento à informação autárquica, instrumento fundamental para a denúncia da política do Poder Central, que, a não ser tida em conta, levanta populações contra executivos locais, eles mesmos, vítimas da sabotagem do Governo «AD» e da própria Assembleia da República. (Aliás viria a ser aprovada uma moção exigindo o cumprimento da Lei das Finanças Locais e outras medidas legislativas progressistas).

A intervenção de Carlos Costa abordou, muito vivamente, a responsabilidade dos comunistas, cujo campo de acção nas autarquias cobre mais de 20 por cento da população nacional numa mancha territorial contínua (no distrito de Setúbal sem quebra) que permite - "porque isto não vai para traz", como diria aquele camarada - projectar em termos de médio e mesmo longo prazo as medidas preconizadas pelas autarquias APU.

Os principais aspectos da regionalização e da descentralização foram também discutidos no decorrer do plenário.

Carlos Costa denunciou a projectada revisão constitucional da Constituição, designadamente quanto às limitações aos órgãos do Poder Local.

Sobre a organização do Partido na frente das autarquias, o camarada poria o acento tónico nos organismos responsáveis - e em primeira linha as Comissões Concelhias -, obrigatoriamente conhecedores dos problemas das populações.

Confraternização no CT de Montemor-o-Velho

Um jantar-convívio, várias intervenções e a projecção de diapositivos sobre a realidade dos países socialistas foram alguns dos pontos da jornada de confraternização realizada no último sábado, no Centro de Trabalho do Partido em Montemor-o-Velho.

A iniciativa, na qual se recordou o cerco e a tentativa de assalto às instalações no ano de 1975 pelos bandos fascistas, comemorou o 6.º aniversário da inauguração do Centro de Trabalho e evocou igualmente os 60 anos de vida e luta do Partido.

Sobre a actual situação política falou o camarada Vasco Paiva, do Comité Central do PCP.

Trabalho autárquico debatido em Odivelas

Sob o lema «Reforçar o PCP, contribuir para a resolução dos problemas locais», realiza-se no próximo sábado, dia 7 de Fevereiro, no Pavilhão polivalente de Odivelas, concelho de Loures, um encontro concelhio do PCP para o trabalho nas Autarquias.

O encontro, que decorrerá entre as 9 e 18 horas, terá duas sessões, uma de manhã onde, com o objectivo de reforçar

Intensa actividade no Montijo

Com a presença de 350 camaradas, realizou-se no passado sábado um plenário de militantes do PCP moradores nos bairros de Afonsoeiro, Alto das Vinhas Grandes e Bela Vista, no Montijo.

Foram discutidos problemas relacionados com a venda e promoção do nosso jornal, abordadas questões relacionadas com os dois próximos aniversários do «Avante!» e do PCP - 50.º do «Avante!» e 60.º do PCP - e ainda discutidos problemas do interesse das populações.

Também relacionado com a venda do «Avante!», trinta camaradas ligados a esta tarefa encontraram-se no Centro de Trabalho do PCP do Montijo no dia 31 de Janeiro para apreciação do trabalho desenvolvido e planificação do trabalho futuro, sendo ainda abordadas questões relativas ao próximo 50.º aniversário do nosso jornal.

Igualmente no Centro de Trabalho do PCP do Montijo e no dia 30 do mês passado cerca de 120 pessoas assistiram a uma sessão de esclarecimento sobre política internacional, conduzida pelo camarada Graça Filipe, da Secção Internacional do PCP. Problemas como os que se vivem hoje na Polónia, Afeganistão, América

Reuniões no Algarve

O camarada Albano Nunes, do Comité Central do Partido, deslocou-se no próximo fim-de-semana ao Algarve para participar em reuniões com militantes comunistas, onde será analisada e debatida a situação internacional.

Assim, no sábado, estará às 16 horas no Centro de Trabalho de Vila Real de Santo António e às 21 e 30 nas instalações da «Copofa», em Faro.

No domingo, tem um encontro com os camaradas de Portimão, no CT do Partido, às 16 horas.

Forum Mundial da Juventude aprova importante documento

● JCP, única organização portuguesa presente em Helsínquia

«Queremos fazer tudo para impedir que a guerra e as acções militares sejam utilizadas para solucionar controvérsias internacionais e exigimos que a ameaça de usar a força seja proibida nas relações internacionais», sublinha a acta final do «Forum Mundial da Juventude e dos Estudantes pela Paz, o Desarmamento e o Desarmamento», que decorreu entre 19 e 23 de Janeiro em Helsínquia, capital da Finlândia.

Augusto Carreto e Luís Guerreiro, dirigentes da JCP, foram os únicos portugueses que participaram no encontro, que reuniu cerca de 600 delegados oriundos de praticamente todo o Mundo, representando organizações religiosas, sindicais, estudantes, políticas e ecológicas.

O Forum resultou numa iniciativa do Comité das Organizações Juvenis da Finlândia (SNT), comunicada em Outubro de 79 a todas as estruturas internacionais da juventude. A ideia foi calorosamente aceite, tendo registado no âmbito da sua preparação três importantes reuniões em que se definiram os princípios gerais que presidiram à realização do Forum.

A acta final do encontro de Helsínquia, assim como vários pormenores sobre o seu funcionamento e importância foram divulgados em Lisboa pelos dois participantes portugueses no decorrer de uma conferência de imprensa realizada na sede da JCP.

O documento faz uma análise objectiva da actual situação no Mundo, alertando para as consequências dos focos de tensão.

«Estamos a sofrer um novo aumento na corrida aos

armamentos, (...) estamos não só ameaçados por uma nova guerra fria, mas também, no pior dos casos, ameaçados por uma nova guerra mundial», alerta a acta final do Forum de Helsínquia, que diz mais adiante:

«Em muitas partes do Mundo a injustiça económica e social cresce continuamente (...). A fome e a miséria continuam a ser uma desgraça para a Humanidade. O desperdício de materiais e de recursos humanos e os danos causados ao meio ambiente têm cada vez proporções mais sérias em todo o Mundo. Como jovens sentimos que um Mundo em confrontação não oferece futuro.»

O Papel das Nações Unidas na promoção do desarmamento, a necessidade de se ratificar e realizar os compromissos assinados no Tratado Salt II, a mobilização da

opinião pública internacional contra os testes com armas nucleares e a produção e armazenamento de armas químicas, a denúncia dos objectivos dum Tratado do Atlântico Sul, a situação no Médio Oriente, na América Central (particularmente o caso de El Salvador), em Chipre, Timor Leste, África do Sul, Namíbia e Sará Ocidental - foram alguns dos temas em

foco nos trabalhos do encontro.

No decorrer da sua intervenção, a delegação portuguesa denunciou vigorosamente alguns pontos da política externa do Governo «AD», que tem como objectivo fazer do território nacional arsenal de armamento a serviço das forças mais belicistas do Mundo.

Ampla representatividade

No Forum Mundial de Helsínquia participaram as seguintes organizações de carácter internacional: Federação Mundial de Juventude Democrática (FMJD); União Internacional de Estudantes (UIE); União Internacional das Juventudes Socialistas (IJSY); Federação Internacional da Juventude Liberal e Radical (IFLRY); Conselho Europeu dos Comités Nacionais da Juventude (CENYC); Movimento Internacional dos Estudantes para as Nações Unidas (ISMUN); Movimento Panaficano da Juventude (MPJ); Organização Latino-Americana dos Estudantes (OCLAE); União Europeias e Internacionais das Juventudes Democratas-Cristãs (EUCVD e JUCVD); e a Comunidade da Juventude Democrática da Europa (DEMYC).



Em Peniche, no domingo II Meia Volta à Península

No próximo domingo, a vila de Peniche vai conhecer uma animação fora do habitual. E no centro das atenções estará uma bela jornada desportiva organizada pela Juventude Comunista Portuguesa (JCP).

Trata-se da II Meia Volta à Península em Atletismo. Os interessados devem contactar os CT do PCP da zona.



«Como jovens sentimos que um Mundo em confrontação não oferece futuro»

opinião pública internacional contra os testes com armas nucleares e a produção e armazenamento de armas químicas, a denúncia dos objectivos dum Tratado do Atlântico Sul, a situação no Médio Oriente, na América Central (particularmente o caso de El Salvador), em Chipre, Timor Leste, África do Sul, Namíbia e Sará Ocidental - foram alguns dos temas em

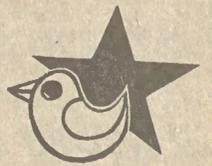
Domingo, no Seixal Festa dos Pioneiros da região de Setúbal

«A alegria de crescer no Portugal de Abril» - este o lema da Festa Distrital dos Pioneiros da região de Setúbal, a realizar no próximo domingo, durante todo o dia, no pavilhão da Siderurgia Nacional, no Seixal.

O programa está dividido em duas partes: no período da manhã (com início às 10 horas) haverá canções infantis, actuação do rancho folclórico infantil «As Estrelinhas do Sul», mesa dos officios e jogral dos

Pioneiros. À tarde (a partir das 14 e 30), será a vez das canções por Cardoso e Norberto, teatro infantil, actuação do rancho folclórico de Praias do Sado, palhaços, professor Minhocas, Grupo Coral Alentejano, sombras chinesas e participação de José Barata Moura.

Os adultos pagam 50\$00 e as crianças 10\$00.



Câmara do Porto Demissão da «AD» e novas eleições — reclama a DORP do PCP

Em conferência de imprensa realizada na passada segunda-feira, e destinada a divulgar a posição do PCP face à actual situação que se vive na Câmara Municipal do Porto, a Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do nosso Partido reclamou a imediata demissão da «AD» daquele órgão autárquico e a realização de novas eleições como única solução capaz de abrir caminho a uma nova política que sirva os interesses dos portugueses.

Na referida conferência de imprensa, em que participaram Vidal Pinto e Helena Medina, membros do CC do PCP e da DORP, Oliveira Dias, vereador da Câmara, e Manuel Andrada, membro da Assembleia Municipal, ambos eleitos pela APU, foi divulgado uma declaração da DORP em que, além da exigência de demissão da «AD» e da realização de novas eleições, se analisa a situação na Câmara Municipal do Porto, situação essa que assume já foros de autêntico escândalo público.

Constatando que essa situação se tem vindo a degradar aceleradamente nos últimos dias, a DORP do PCP, face às responsabilidades da «AD» no verdadeiro caos reinante na CMP e à sua total incapacidade para o resolver o impasse existente e os problemas que afligem a cidade e os portugueses, reclama a demissão da «AD» e a realização de novas eleições para a Câmara do Porto.

A declaração da DORP do PCP refere a existência de grupos que nem vereadores não se sabe em torno de quê, mas onde não faltam ambições pessoais e partidárias nem choques de interesses privados e poucos claros.

A situação de caos que se vive na Câmara do Porto, sublinha a DORP, que é de domínio público, é apenas uma pequena parte da realidade. A situação é de tal ordem — acentua a DORP — que os vereadores da «AD» quiseram sair rapidamente do barco antes que este naufragasse sacudindo as suas responsabilidades para a pessoa do presidente, as não quer também aceitar, e as acusações de incompetência, de negligência, de ineficácia, de negligência e de ineficácia feitas.

Comentando tal situação, a DORP alvitra: Enfim, parece aquela história dos ratos a sair dos barcos em vésperas de naufrágio.

Nova Câmara para o Porto

A Câmara do Porto tem a maioria absoluta «AD», os vereadores em regime de permanência são todos «AD», o presidente é «AD», a Assembleia Municipal tem maioria absoluta «AD» — a «AD» tem, em resumo, a absoluta responsabilidade pela política autárquica na segunda cidade do País.

E por isso que a DORP do PCP acentua: O caos a que a «AD» conduziu a Câmara, os choques de interesse e divisões no seio da «AD» conduziram a Câmara a um beco sem saída e a uma crise que a «AD» se mostra absolutamente incapaz de solucionar. A desorientação no seio «AD» é tão grande que até o presidente da Câmara, sem fazer qualquer declaração de voto, vota favoravelmente uma proposta que nos consideramos destaca «a perfeita irresponsabilidade como presidente da Câmara», e a desagregação interna da «AD» é de tal ordem que, aquando da votação da moção de censura à Câmara na Assembleia Municipal apenas dois elementos da «AD» votaram contra.

Depois de reafirmar que esta situação não pode continuar, a DORP do PCP sublinha que o Porto precisa de uma nova Câmara — uma Câmara competente, honesta e eficaz que resolva os problemas dos portugueses e da cidade.

Câmara do Porto ou poleiro da «AD»?

● A «AD» tem 7 vereadores em 13

● Os pelouros, com uma única excepção relativa à Biblioteca Municipal e ao Gabinete de História da Cidade, estão todos nas mãos da «AD», a saber: gestão patrimonial e social de habitações; serviços municipais obras de bairros municipais; apoio a associações de moradores e cooperativas de habitação económica; relações com o Fundo de Fomento de Habitação; estudo da Federação de Municípios da Área Urbana do Porto; gestão financeira e patrimonial; assuntos sociais; relações com associações patronais e sindicais; estudo da qualidade de vida dos municípios; turismo; acção recreativa e desportiva; museus municipais; espectáculos e festas;

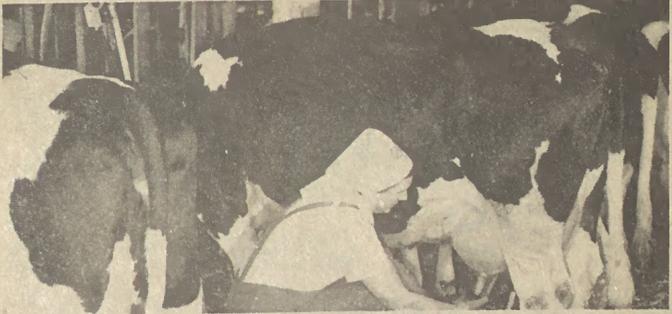
protocolo; intercâmbio com cidades-irmãs; direcção dos serviços técnicos especiais; assuntos respeitantes ao pessoal.

● A lei confere à CMP a possibilidade de ter 4 vereadores a tempo inteiro na Câmara, tendo em conta o volume e complexidade dos problemas. Podemos até dizer que não era muito. Mas o grave e incompreensível é que durante o ano que passou só 1 esteve a tempo inteiro e outro a 50 por cento e permanência a ambos da «AD». E porquê? Primeiro porque os vereadores da «AD» colocam acima dos interesses da Câmara os interesses privados e pessoais, segundo porque colocam os seus interesses políticos e jogos de interesses também acima dos interesses da Câmara e não admitem nenhum vereador a tempo inteiro que não seja da «AD».

E, a finalizar, a DORP do PCP conclui:

Talvez com receio de novas eleições são nítidas manobras, conluios, conversações de gabinete, quiza compromissos, para calar vereadores, abafar divergências e manter a actual situação na Câmara — com ou sem presidente, com este ou aquele compromisso de gestão. Mas — sublinha ainda

a DORP — a incapacidade da actual Câmara para resolver os problemas é tão completa que qualquer arranjo ou solução de compromisso (...) apenas adiará o desfecho da crise. Só a demissão imediata da «AD» da actual Câmara e a realização de novas eleições pode abrir uma nova política camarária que sirva os interesses dos portugueses e da cidade do Porto.



O leite vai «azedar»? Descontentes, os produtores exigem preços mais justos

Tudo indica que o problema do leite, em Portugal, vai «azedar». A não serem tomadas medidas por parte do Governo «AD»-Balsemão não tardará muito — pela disposição que revelam os agricultores — que as primeiras páginas dos jornais não tragam notícias pouco agradáveis para este Governo que tanto prometeu, mas que só está a tentar cumprir o que interessa aos latifundiários e capitalistas.

Ainda no domingo passado decorreu em Liceia, Montemor-o-Velho, uma reunião de produtores de carne e leite, em que estiveram presentes mais de 100 pessoas.

E se muito se falou e protestou, o certo é que o assunto não se afastou substancialmente da seguinte questão: face aos aumentos dos custos de produção os agricultores exigem que o preço do leite passe para 17\$00 o litro a partir do passado mês de Janeiro.

Na moção que aprovaram manifestam a decisão de empreender todas as formas de luta necessárias para receberem o leite a este preço.

O problema do leite é assunto que hoje muito se fala, a par de outros, não menos graves, que afectam a lavoura. Quando os homens se encontram, ou no café ou no largo da povoação, logo as conversas rondam estes temas: «Então o leite não aumenta no produtor?» — «Dizem mas é que vai baixar!» — «Mas então as rações estão mais caras, pastos não há e os fardos de palha já custam mais do dobro, e o leite não aumenta, ainda baixa?» — «Pois então, e agora o sulfato de cobre que a partir do dia 9 deste mês vai custar mais 270\$00 em cada saca de cinquenta quilos.» — «E o gasóleo, ao preço a que está? Não bastava a falta de chuva. Agora, se quisermos regar ainda é mais caro por causa do preço do combustível.» «É tudo a aumentar. Só o que produzimos é que baixa de preço. Mas para nós, que lá na cidade compram ao mesmo preço ou ainda mais caro.»

E não fogem muito a estes assuntos as conversas que por esse país fora os agricultores têm entre si.

Leite a 13\$50?

Mas o leite é outra história. Promete «azedar» como dizíamos no início. Com efeito, segundo tudo indica o leite da classe «A» — de primeira qualidade — irá passar neste mês de Fevereiro de 15\$00 por litro para 13\$50. A concretizar-se, esta é uma das primeiras medidas que visam a futura integração de Portugal no Mercado Comum.

Neste sector da produção o panorama é grave, para não dizermos calamitoso. As queixas que ouvimos no Encontro de Agricultores Comunistas de Peniche

e que noutra local fazemos referência dão bem uma ideia do que se está a passar e da exploração de que são alvo os pequenos e médios agricultores do nosso país. E o que ali se passa é prática corrente, com uma ou outra excepção, em todo o país.

Existem três classes para o leite — «A», «B» e «C» — e muito raramente o leite é classificado na primeira classe, nomeadamente no que diz respeito aos pequenos e médios produtores. Muitas vezes as análises de classificação do leite estão sem serem feitas durante semanas ou meses. Enquanto isso o leite está classificado na classe «B» e é pago a um preço inferior.

Sucede também, e quanto a isso queixam-se os produtores, que o leite é misturado nas vasilhas com o de outros produtores, pelo que uma análise em tais condições não é uma análise correcta, nem séria.

Analistas da confiança dos produtores

Por outro lado, o facto de o leite baixar de classe pode significar que o animal em questão precise de um outro tipo de alimentação ou que esteja doente. É dever dos técnicos, em casos destes avisarem o agricultor dando-lhe as instruções necessárias para que, melhorando as condições de produção do animal, beneficie também.

Na reunião de Peniche avançava um dos presentes:

Devíamos ter um analista por nossa conta. O que nos têm roubado a pouco e pouco dava para pagar a um analista.

É esta uma questão que poderá vingar em muitos locais onde os produtores desconfiem que de má-fé a análise do leite é feita de molde a prejudicar os agricultores.

Também no que diz respeito às rações — farinhas, como os camponeses lhes chamam — uma vigilância por parte das brigadas de fiscalização económica deveria ser feita. Mas com olhos de ver, que os agricultores desconfiam que nisso tudo anda muita tráfalheira.

Dizia também no Encontro de Peniche um produtor de gado:

Aqui há uns três anos precisava de três sacas de farinha para criar um porco de 80 quilos. Agora, gasto cinco ou mesmo seis...

Mas não é já o facto de gastarem o dobro na

quantidade das rações que dão ao gado. O mais importante e talvez o mais grave é que essas rações não param de subir de preço. Ainda agora se fala de novo aumento e de imediato começou o açambarcamento no intermédio. Farinhas é coisa que hoje é difícil encontrar com fartura.

Acabar com a classe «C»

La aumentar de preço aumentam, mas manter a mesma qualidade é que não. E os agricultores protestam:

Então passam a vida a analisar o leite para ver se baixa de qualidade para nos pagarem menos, mas não analisam as farinhas para verem se estão capazes? É só mixórdia...

E nesta altura do ano os agricultores sentem de uma maneira aguda a falta e o aumento de preço das rações. Devido à seca e às geadas as pastagens praticamente não existem. O fardo de palha com que muitos estão a alimentar o gado, em virtude desta situação, passou de 60\$00 — preço praticado no verão passado — para 130\$00, e promete aumentar mais.

Para não se desfazerem do gado ou para que este não morra à fome a solução são as rações. E onde é que elas estão? E a que preço?

Também no que diz respeito aos subsídios dados pelo Estado a quem comprasse instalações de ordenha mecânica muitos agricultores há que ficaram «a ver navios». Com o Governo PS o subsídio foi cortado.

Hoje, uma das grandes reivindicações dos produtores de leite é a extinção da classe «C». Criada pelo fascismo, viria a ser abolida logo após o 25 de Abril durante os Governos Provisórios em que os comunistas estavam representados. No entanto, com o primeiro Governo PS viria a ser reposta e mantém-se até hoje.

O leite desta classe, pago a preço de miséria, serve apenas para beneficiar, e à larga, os industriais de laticínios.

Um outro factor é ainda acusa de desânimo para quem possui gado leiteiro. Aquinzena do leite costuma vir atrasada — isto é o período de quinze dias de recolha de leite pelos organismos respectivos são geralmente pagos com atraso. Atraso que às vezes se prolonga por meses. No entanto, as farinhas que os agricultores compram, muitas das vezes aos mesmos organismos que recebem o leite, têm de ser pagas na altura.

Como se pode ver, quase tudo está mal neste sector de produção. Diminuir o preço do leite ao produtor pode ser a gota que fará transbordar o copo. Um copo de leite que começa a «azedar».

O caos e o naufrágio

Á incapacidade da Câmara «AD» do Porto, à sua incompetência, ao seu desprezo pela resolução dos mais simples problemas que afectam a cidade e a vida de centenas de milhares de habitantes, a uma política que se avizinha cada vez mais antipopular (a «AD» pretende estabelecer brutais aumentos da água e da electricidade — 150 por cento de aumento em 1981) junta-se o agravamento das divisões no seio dos vereadores e dos deputados municipais da «AD» em torno da gestão camarária.

Precisando tais divisões como sendo entre o PPD e o CDS, no seio do PPD e também do CDS,

Escândalos são um rol

No comunicado da DORP a que nesta página fazemos referência faz-se a listagem dos escândalos já cometidos pela «AD» na Câmara do Porto:

● as obras da Avenida da Boavista previstas para custar 11 000 contos vão acabar por custar 80 000 e talvez não estejam concluídas em 1981; as obras da Biblioteca Municipal foram lançadas por 4 400, têm estimativa geral de custos com revisões de preços de cerca de 70 000, sendo ilimitado o prazo da conclusão; por revisões de preços a CMP vai pagar 94 000 contos e por obras não previstas vários milhares de contos; a Câmara não levou a cabo os pedidos de empréstimo de 250 000 contos que podiam concretizar

diversas obras nas freguesias; não foram utilizadas várias participações no valor de muitos milhares de contos; etc. etc.

● o Hotel Sheraton, cujo projecto devia obrigatoriamente ser discutido na reunião da Câmara, ainda não o foi e continua a ser construído clandestinamente (isto um empreendimento de mais de 2 milhões de contos). E porque se protege uma tal ilegalidade, que interesses estão por detrás disto? Todos sabem que nesse local está prevista no Plano Director da cidade, não a construção de um hotel mas a construção da Estação Central de Camionagem, isto necessária para a vida e desenvolvimento da cidade;

● o não cumprimento do edital 1/80 sobre os horários do comércio e a obrigatoriedade de serem respeitados pelos centros comerciais e os supermercados; a não instauração de um inquérito por um magistrado judicial à situação de corrupção nos SMAS, que constituiria um novo e tremendo escândalo com a confirmação das conclusões do inquérito realizado pela Assembleia Municipal, que os vereadores «AD» deste Câmara procuram fazer esquecer — constituem um total desrespeito por decisões da Câmara que não são pura e simplesmente cumpridas porque não agradam à «AD»;

● a fabulosa negociação que estava por detrás dos já famigerados empreendimentos JB que, por pouco, não levaram ao total atolamento e ruína da Câmara;

● a não existência, ainda, do plano de actividade e orçamento para 1981, que devia ter sido já apresentados à Assembleia Municipal em Novembro de 1980 e ainda nem sequer estão feitos;

● o director das finanças recusou-se a descrever certas actividades no domínio das Finanças porque uma sessão era pública;

● o vereador responsável pela gestão financeira da Câmara devolveu este pelouro ao presidente e saiu de vereador.

«Com a unidade dos democratas muito será possível fazer»

● Entrevista com o cabeça de lista da APU nas eleições da Sé (Porto)

Os problemas da habitação da higiene e limpeza, da infância e da terceira idade, da saúde e assistência, da educação, da cultura e do desporto colocam-se na Sé (freguesia do Porto) com uma extrema acuidade.

Integrando zonas como a Ribeira, o Barredo, a Bainharia, os Guindais, a Corticeira e as Fontainhas, a freguesia da Sé é com certeza, do ponto de vista da habitação, uma das mais degradadas do país. As «ilhas», casas em ruínas e casas sem as mínimas condições de habitabilidade atingem uma enorme percentagem.

Teresa Cadinha, de 36 anos de idade, economista dos Serviços Municipalizados de Gaia e Electricidade do Porto, é cabeça de lista da APU nas eleições Intercalares para a Assembleia de Freguesia da Sé, que terão lugar em 15 de Fevereiro.

Foi com ela que mantivemos uma curta conversa sobre a importância destas eleições e as perspectivas de trabalho que se abrem aos candidatos e aos futuros eleitos da APU na freguesia.

Porque estas eleições?

Os eleitos da «AD» demitiram-se, quando se viram confrontados na Assembleia de Freguesia com acusações sobre irregularidades que praticaram no exercício das suas funções. Os socialistas consideraram que «não seria democrático» manter a Assembleia sem os representantes da «AD» e seguiram-nos na demissão, provocando eleições.

No fundo, as eleições tornaram-se necessárias porque os elementos dominantes na Junta de Freguesia têm estado desligados da população e dos seus problemas.

As eleições permitirão mudar essa situação?

Esperamos uma evolução favorável. Na anterior Assembleia de Freguesia, as forças democráticas, nomeadamente o PS e a APU, detinham a maioria. Apesar disso, até Agosto, a Junta de Freguesia era inteiramente da «AD», que obtivera o primeiro lugar nas eleições de 1979. Continuaremos a lutar pela unidade dos democratas no

esforço unitário para resolver os problemas da Sé.

Estamos ligados às estruturas populares, à actividade cultural, desportiva e recreativa, à vida da Freguesia da Sé.

Somos cidadãos empenhados e participantes activos nesta imensa obra colectiva que é realizar os ideais do 25 de Abril e de construir uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Quais os problemas da Sé que mais preocupam a APU?

Antes de todos, a habitação. Na nossa Freguesia, milhares de pessoas vivem em casas sem condições, extremamente degradadas.

Que medidas reclama a APU nesse campo?

Reclamamos medidas especiais de emergência relativamente aos casos de ruína iminente e falta de condições mínimas; a construção social em terrenos livres na Freguesia, a concretização de projectos de construção das associações de moradores; o alargamento da intervenção da CRUAR (Comissão para a Renovação Urbana da Ribeira e Barredo à freguesia); a aplicação do processo PRIDE na Sé; a justa atribuição de casas dos bairros camarários a moradores da Sé; o apoio aos moradores em casos de despejos injustos. A APU lutará também contra

qualquer possibilidade de aplicação da lei do aumento das rendas.

Além da habitação quais os problemas mais prementes?

A higiene e a limpeza, por exemplo. Trabalhamos pela instalação de balneários e lavadouros, para eliminar as inúmeras lixeiras; conseguir a instalação de um maior número de contentores de lixo e o seu levantamento regular e a criação de brigadas de limpeza integradas nos serviços da CMP.

Mas também noutras áreas como no apoio e protecção à infância e à terceira idade, na saúde e assistência e na educação, cultura e desporto, estaremos atentos.

Entendemos, por exemplo necessário promover cursos de alfabetização de adultos e apoiar efectivamente e incentivar as colectividades e estruturas populares no sentido de estas levarem por diante um plano desenvolvido de realizações desportivas, culturais e recreativas.

Como pensam os candidatos da APU dar-se a conhecer à população e divulgar o seu programa?

A semana passada realizamos com larga participação popular uma sessão-festa de apresentação de candidatos, na sede do Guindalense Futebol Clube. Além disso, estamos a realizar o contacto porta-a-porta com o apoio de carros de som; temos programadas sessões-festas para crianças e outras iniciativas.

Mas acima de tudo confiamos no activismo dos militantes da APU, e no reconhecimento por parte da população, dos candidatos da APU como cidadãos empenhados que têm sido na resolução dos problemas das populações.



Na freguesia da Sé, os problemas são muitos. A APU está disposta a contribuir para a sua resolução — fazendo com que os jovens de hoje sejam amanhã homens mais felizes

Eleições nos Açores: APU sobe e ganha mandato

A Assembleia Regional dos Açores decidiu há tempos substituir-se nas competências da Assembleia da República, criando novas Freguesias nesta Região Autónoma. A esta flagrante inconstitucionalidade seguiram-se novas ilegalidades, com a convocação de eleições (quase à socapa) para as novas Freguesias, sem o fazer para as velhas, as que tinham sido «desdobradas», tal como a lei prevê.

Todavia e apesar da hora tardia em que se soube das eleições a APU ainda conseguiu concorrer em

Covoada, que antes da «promoção» se encontrava integrada na Freguesia da Relva. Estavam em jogo nove mandatos, aos quais concorreram a APU e, obviamente, o PPD/PSD. Votaram 280 dos 638 eleitores inscritos (57% de abstenção) e a APU conseguiu um mandato, faltando-lhe apenas cinco votos para alcançar um segundo lugar, obtendo 45 votos, quando nas anteriores eleições se ficara pelos 21. O PPD/PSD desceu de 240 para 224 votos.

A direita no Poder governa(-se) como pode e sabe (1)

A direita no poder não governa, governa-se. Esta verdade lapidar, quase lugar comum, é cada vez mais do domínio público, passado já o tempo em que tudo se cozinhava em família e no segredo dos eleitos.

Que os «cozinhados» continuem, entenda-se! Como de resto se irá demonstrar nesta síntese da vida de alguns municípios de maioria de direita. Que para contar tudo, mas tudo, de uma assentada ainda agora estaríamos a desenrolar meandros da complicada teia de irregularidades — um eufemismo simpático, diga-se de passagem — que quatro presidentes e seus parceiros andam tecendo por aí.

O que não continua é o segredo e aí está uma grande diferença entre o antes e o agora. Ou seja, para resumir, se é verdade que as ilegalidades, compadrios, incompetências, corrupções continuam lá onde a direita dita ordens, já não é possível escondê-lo porque as forças democráticas não o permitem.

Escolhemos, para esta primeira abordagem de conjunto, os exemplos das Câmaras de Lisboa e Porto. E se mais não houvesse, o que infelizmente não sucede, isto bastaria para provar o, que de início se disse — a direita no poder não governa, governa-se!

Uma chamada de atenção. Se os nomes dos presidentes das Câmaras aqui aparecem com destaque isso não significa que sejam particularmente visados. Nos órgãos autárquicos em causa a «AD» é maioritária, cabendo-lhe portanto a responsabilidade das desastrosas políticas seguidas, que de resto têm apadrinhado e consentido. Os presidentes municipais mais não são que o espelho vivo da própria «AD».



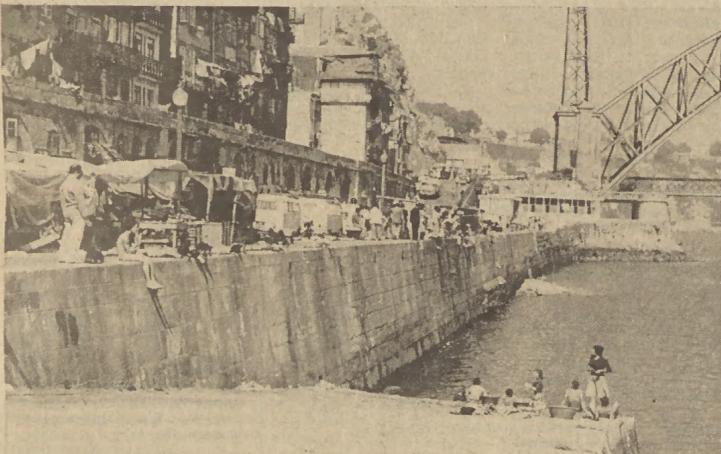
Krus Abecasis — «Não tenho que dar à Câmara justificações dos meus actos». «Não haverá monumento a Abril enquanto eu fôr presidente».



Machado de Sousa (vereador da C.M. de Sintra) — «Hei-de abatê-los como cães raivosos» (aos vereadores APU).



Eurico de Melo — Ministro da Administração Interna — «Nesta cidade do Porto, o nobre sempre foi povo e o povo sempre foi mais que o nobre».



Por quanto tempo terá o povo do Porto de aturar um presidente camarário de tal quilate?

Lisboa tem um castelo e um «pub» em cada cela

Lisboa tem um castelo, como quase toda a gente sabe. Um castelo respeitável, de resto, já com alguns séculos.

O que nem todos devem saber é que a fúria da mudança chegou à capital e que de há um ano a esta parte anda tudo numa roda viva, incluindo o castelo.

Na antiga residência dos reis de Portugal — o PPM deve andar de cabeça perdida — mais propriamente na magnífica sala ogival, pode hoje quem tiver dinheiro, mastigar opulentos jantares no restaurante de luxo mandado construir pela Câmara de Lisboa, numa carcata recriação de ambiente de Idade Média.

A uns vinte metros, segundo os projectos camarários, junto de uma belíssima cisterna de indiscutível valor histórico, outro restaurante será erigido, não vá o da sala ogival ser pequeno para as necessidades do País. E como comer sem beber não faz lá muito sentido, os visitantes do castelo (sempre segundo os projectos) vão dispor de uma sala para prova de vinhos, esta prevista para a antiga sala de recreio dos presos.

E como as velhas celas há muito que deixaram de ser utilizadas — são «meros» marcos históricos — a maioria que preside ao município lisboeta parece ver com bons olhos a ideia do respectivo presidente de ali instalar «pubs» (pequeno bar). Um em cada cela, claro.

Se não estivesse em causa a destruição do património cultural e o dispêndio de dezenas de milhares de contos todos estes projectos poderiam ser tidos como fantasias de espíritos folgazões, sem consequências de maior. Mas não.

As consequências traduzem-se nos atentados a bens nacionais, no desbaratar de dinheiros públicos, na criação de situações gravosas para os que embarcam na miragem de lucros fáceis em Luna Parques à porta do Jardim Zoológico ou em arrabaldes «populares» como o de S. Pedro de Alcântara (sempre às moscas) ou ainda em Feiras de Belém, bem no meio dos jardins fronteiros aos Jerónimos. Por detrás de tudo isto, as

E tanto assim é que ainda o escândalo de Belém «ia no adro» e já outro rebentava: o executivo de maioria «AD» autorizava, pela voz do seu presidente, a Sociedade Portuguesa de Obras de Construção a derrubar uma vivenda na Avenida da República para aí construir um prédio de 15 andares. Tratava-se de pagar a cedência do antigo edifício para sede da candidatura de Soares Caneiro na campanha para as eleições presidenciais.

O prédio em causa situa-se numa «zona a preservar a todo o custo» dado o seu interesse arquitectónico. Facto, ao que parece, irrelevante, para a «AD» lisboeta.

Mas há mais. Ou havia, havia o projecto de venda do Martim Moniz, a venda das Amoreiras a Rothschild, a venda em posse plena e a preços compatíveis de terrenos municipais à iniciativa privada; a construção de Torres do Tejo (grandes edifícios com telhados acima do tabuleiro da ponte sobre o Tejo para um hipotético Centro Mundial de comércio com outros países).

E há ainda a proliferação desordenada de painéis pela capital, cuja utilidade está por descobrir e que brotam do asfalto como cogumelos, desfeijando a cidade, dificultando a visibilidade do trânsito e pedes, desbaratando verbas.

Há a promessa de acabar com os problemas de Lisboa. De uma forma totalmente nova, a crer na originalidade de distribuição de verbas que o quadro junto atesta.

Juntas de Freguesia	55 mil contos
Escolas (restauração)	15 mil contos
Castelo de S. Jorge	32 500 contos
Jogos sem Fronteiras	20 mil contos
Turismo	35 mil contos

Sem esquecer, claro, a ameaça solene de Krus Abecasis se demitir «se as orientações urbanísticas da cidade de Lisboa forem (como manda a Lei) da competência da Assembleia Municipal».



As fotos evocam outros tantos acontecimentos escandalosos em que a «AD» envolveu o município lisboeta. Da «feira» de Belém às «modernizações» no Castelo, há tanto para contar!

Uma maioria que o Porto não quer — a «AD»

A Câmara do Porto tem um presidente «AD». Tem maioria absoluta «AD». Os vereadores a tempo inteiro são todos «AD». A Assembleia Municipal tem maioria absoluta «AD». A ilegalidade, a incompetência, a corrupção, o desprezo pelos problemas da cidade e dos portuenses são da «AD».

É caso para se dizer que nunca em tão pouco tempo se fez tanta asneira.

Começemos pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS), que muito têm dado que falar. Inquéritos já realizados revelam corrupção, incompetência e mesmo roubos, para não falar da qualidade da água, cada vez mais inquinada e menos própria para consumo.

Como se tal não bastasse, a população fica dias e dias sem água, como aconteceu em Arousa e Águas Santas, graças à chantagem de um empreiteiro e à total inoperância do SMAS, presidido por Alfredo Magalhães, também presidente do município. Chantagem feita através da paralização de uma obra, orçada em 48 500 contos, para obrigar o pagamento de uma dívida do SMAS e SONACA.

Porquê o expediente? Porque desde Maio que o SMAS cancelou todos os pagamentos... com excepção do pessoal dos serviços e (adivinha-se) de SONACA. Não contente com o facto e não obstante ser a única empresa que recebe juros por pagamento de revisão de preços (só de Maio a Junho foram 119 contos em juros), a firma não teve escrúpulos em deixar populações mais de meio mês sem água. E embora existam documentos oficiais que comprovam a chantagem a administração do SMAS nada fez.

Mas nem só de água vive o Porto. Os escândalos invadem outros terrenos, como é o caso do projecto de construção de habitações «sociais» de dezasseis contos mensais, negociado entre o presidente da Câmara e o Gabinete «JB». Tratava-se de construir 1540 fogos na zona de Ramalde, com uma participação financeira do município altamente gravosa — cerca de três milhões de contos.

O projecto das «sociais» de 17 contos por mês só não seria aprovado devido à «dissidência» de um vereador «AD» que votou com as forças de esquerda sublinhando que se reservava «o direito de dizer publicamente, se necessário, quais os motivos porque tomava aquela atitude», uma vez que tinha sido «avisado» de que «ou dava o seu voto favorável ao projecto ou seria demitido da Câmara Municipal do Porto, já que, caso se mostrasse contra o projecto iria estar sujeito a chantagens, difamação e mesmo violência, se fosse necessário».

Como vedora esta harmonia entre a família «AD». Espírito semelhante está aliás patente em toda a actuação do

presidente Alfredo Magalhães, cujas orientações a maioria «AD» sempre apoiou. Recorde-se, por exemplo, o não cumprimento dos horários do comércio, para beneficiar os centros comerciais e o Pão de Açúcar; sigilo quanto à construção do

hotel da cadeia ITT «Oporto Sheraton», obra que implica a alteração do Plano Director da Cidade, apenas possível com parecer favorável da Assembleia Municipal e que não foi pedido; os boicotes às sessões da Assembleia Municipal, deixada sempre sem quorum nas alturas mais importantes pela saída «discreta» dos membros da maioria.

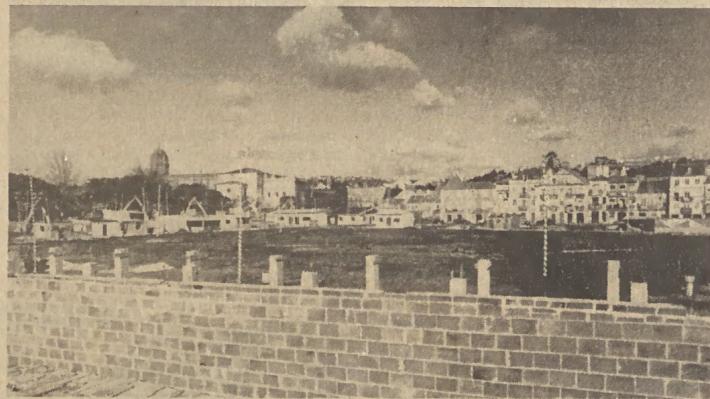
Diminuindo	
De 7 para 6	o n.º de representantes dos sindicatos
De 3 para 2	» » » das Comissões de Trabalhadores
De 6 para 4	» » » das C. ou Assoc. de Moradores
De 3 para 0	» » » das Associações Culturais, Recreativa e Desportivas
De 1 para 0	» » » dos Trabalhadores estudantes
Aumentando	
De 3 para 9	o n.º de representantes do patronato
De 0 para 5	» » » de Conselhos directivos escolas

hotel da cadeia ITT «Oporto Sheraton», obra que implica a alteração do Plano Director da Cidade, apenas possível com parecer favorável da Assembleia Municipal e que não foi pedido; os boicotes às sessões da Assembleia Municipal, deixada sempre sem quorum nas alturas mais importantes pela saída «discreta» dos membros da maioria.

Entretanto, os problemas do Porto continuam por resolver. A situação habitacional agravada, o trânsito complicada-se, as ruas e passeios enchem-se de buracos, a rede de abastecimento de água rebenta a cada passo, a qualidade da água degrada-se a olhos vistos, projectos importantes ficam nas gavetas.

Agudizam-se também os choques e conflitos entre os partidos da maioria, misturando-se interesses de grupo com ambições pessoais e partidárias, esboçando-se já o abandono dos ratos do navio que se afunda sempre. Quando na sessão de 26 de Janeiro deste ano da Assembleia Municipal do Porto são aprovadas duas moções de censura à edilidade, a maioria «AD» não levanta um dedo para defender o seu executivo. Um dado a assinalar.

Porque sugere a disposição de se avançar com «arranjos» em família, quando o que está em causa é a necessidade de um novo executivo, uma nova política, com outra maioria que não a «AD».



Tanto para fazer

Quantos problemas graves para resolver por este país fora. Em três milhões de habitações em Portugal, apenas vinte e três por cento têm um mínimo de condições:

1 081 210	— têm água canalizada
1 325 960	— » retrete privativa
737 760	— » duche ou casa de banho
2 131 365	— » cozinha
1 445 750	— » electricidade

Os dados são do Instituto Nacional de Estatística, referentes a 1977. De então para cá a situação não se alterou certamente muito, e muito menos para melhor. É caso para perguntar como se pode desbaratar tanto, como o fazem os municípios «AD», quando há tanto para investir só no que é essencial.



Vinte anos depois do início da luta armada em Angola

O Povo angolano comemorou ontem, 4 de Fevereiro, o 20.º aniversário do início da luta armada contra o regime colonial português.

Com efeito, foi precisamente há vinte anos que um destacamento de patriotas, militantes do MPLA, atacou as prisões da PIDE, em Luanda, assim como outros centros da administração colonial.

Tal acto, se bem que inserido numa luta que já vinha de trás, constituiu uma importante vitória política para o MPLA no seu combate por uma Angola livre, contribuindo decisivamente, no plano internacional, para o convergir das atenções da opinião pública mundial sobre o martirizado Povo angolano sujeito à opressão colonial.

A 11 de Novembro de 1975 soava o dia da vitória, com a solene proclamação da República Popular de Angola — cerimónia em que, recorde-se, um único partido político português esteve representado: o PCP, que assim, mais uma vez, na hora e no local próprio, reafirmava a sua fraternal e total solidariedade para com o MPLA e o Povo angolano.

A reconstrução económica tomou-se um dos objectivos prioritários da nova República — liquidar as consequências desastrosas da guerra

e diversificar a economia. O Presidente da RP de Angola e do MPLA-PT, Eduardo dos Santos, salientou, a este propósito, que "o país não pode

viver apenas da venda de petróleo e diamantes".

O controlo do Estado sobre os sectores básicos da indústria, das finanças, dos transportes, o planeamento económico, permitiram aplicar com eficácia tal política, que começa já a dar os seus frutos. O Congresso Extraordinário do MPLA-PT, realizado em Dezembro último, constatou que nos últimos anos, a produção da indústria transformadora, por exemplo, aumentou 60 por cento. Semelhantes aumentos registaram-se também noutros sectores.

No plano da agricultura, Angola enfrenta a necessidade de garantir a auto-suficiência em géneros alimentares. Paralelamente ao cultivo das culturas tradicionais, efectuaram-se, em vastas áreas, as primeiras sementeiras de trigo e de algodão. O incremento da produção

Comemorações em Portugal

Como vem sendo tradicional, o 4 de Fevereiro também se comemora em Portugal, por iniciativa da Associação de Amizade Portugal-RP de Angola e o apoio das forças e diversas personalidades democráticas e antifascistas.

O programa para ontem à noite, no Teatro Vasco Santana, em Lisboa, incluía intervenções de Gualter Basílio, do Partido Socialista, Rogério de Carvalho, membro do CC do PCP, ambos membros do Conselho Consultivo da Associação de Amizade, e Adriano Sebastião, embaixador da RP de Angola em Portugal.

Foi projectado um filme sobre as comemorações do 25 de Abril em Angola, que incluía uma intervenção do camarada José Eduardo dos Santos sobre as relações de amizade com o povo português, registando-se ainda, no decorrer da sessão, actuações de Carlos do Carmo e do Conjunto Trovante.



Uma nova Angola edificada no dia-a-dia

com a injustiça, a miséria, a fome, o desemprego e a exploração do homem pelo homem.

A campanha de estudo dos documentos aprovados pelo Congresso, que se encontra em curso, testemunha a relevante importância das suas decisões e o elevado prestígio de que goza o MPLA-PT entre os Angolanos.

O Partido dedica especial atenção à formação de quadros. Para tal funciona no país uma rede de escolas do Partido — a Escola Nacional Agostinho Neto, em Luanda, e oito escolas de província, além de dois centros de formação política e ideológica. Todas estas escolas já formaram mais de 4 mil pessoas.

Prestígio internacional

Ao proclamar o não-alinhamento como princípio fundamental da sua política externa, Angola manifestou a sua disposição de desenvolver relações com todos os estados com base no princípio da não ingerência e na igualdade de direitos. Ultimamente, as posições de Angola na cena internacional têm-se solidificado consideravelmente. Apesar da posição antiangolana de Washington e das suas tentativas de forçar os países ocidentais a seguirem a sua política, os aliados dos Estados Unidos preferem alargar relações com a RP de Angola.

É particularmente significativa a recente visita oficial do ministro francês dos Negó-

cios Estrangeiros, Jean François Poncet, a Angola.

Num comunicado conjunto, emitido no final da visita, ambos os participantes no encontro reiteraram a sua adesão aos princípios do respeito da independência e da autodeterminação política dos estados, constataram a activação das relações bilaterais em diversos domínios e determinaram medidas concretas tendentes à sua ampliação. Também a Grã-Bretanha se mostrou disposta a reforçar relações económicas com Angola. Tal disposição foi acentuada no decurso da estadia em Londres, em Outubro último, do Ministro da Agricultura da RP de Angola, Manuel Pacavira. Actualmente, Angola mantém relações económicas e comerciais com Portugal, Dinamarca, Suécia, Itália e outros países da Europa ocidental.

São também a política anti-racista da RP de Angola e o seu apoio aos movimentos de libertação da África do Sul e da Namíbia, factores que contribuem em grande parte para a elevação do prestígio da jovem república. Os angolanos não se poderão sentir livres enquanto os seus irmãos do sul do continente permanecerem sujeitos ao jugo dos racistas — estas palavras do fundador do MPLA, o saudoso camarada Agostinho Neto, continuam ainda hoje a determinar a política do governo angolano, nesta questão.

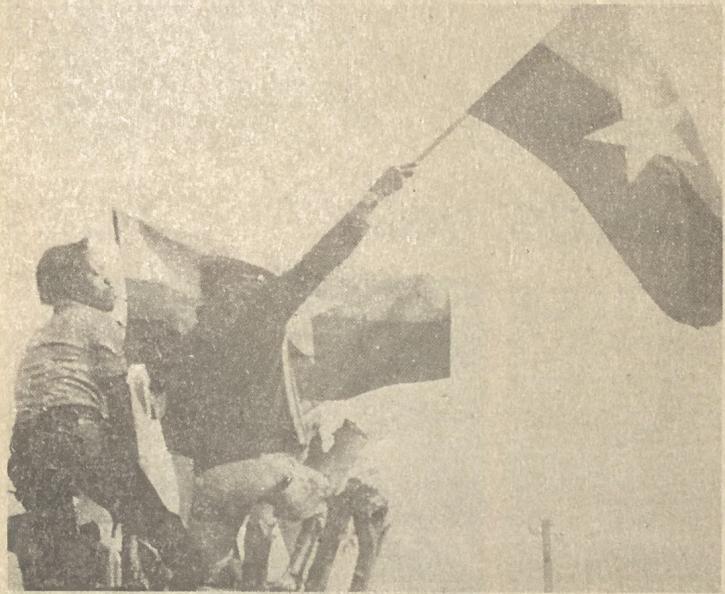


Imagem de uma das grandes manifestações realizadas a seguir ao 25 de Abril

agrícola é obtido através da cooperativização do campesinato e da criação de grandes granjas do Estado, da aplicação do material e de métodos agrotécnicos avançados. De acordo com os dados oficiais, entre 1977 e 1980, a agricultura foi equipada com 2200 tractores e mais de 200 mil toneladas de adubos minerais.

No entanto, a agricultura angolana tem de fazer frente a uma série de dificuldades. Hoje, fala-se abertamente dessas deficiências que entravam o progresso nacional. Os dirigentes partidários e do Estado não se cansam de acentuar a necessidade de uma atitude intolerante face às manifestações de burocracia e indisciplina, de combater a corrupção e a incompetência.

Partido de vanguarda

Nos três anos decorridos desde a criação em Angola do partido de vanguarda, o MPLA-Partido do Trabalho

reforçou-se sensivelmente. Hoje o Partido conta com cerca de 30 000 militantes. Por outro lado, o Congresso de Dezembro traçou um programa de desenvolvimento económico e social da República para o próximo quinquénio. Só a construção do estado socialista — afirmou o camarada José Eduardo dos Santos — permitirá acabar para sempre

Reunião do Comité Central

Entre 29 de Janeiro e 2 de Fevereiro realizou-se em Luanda a sétima reunião ordinária do Comité Central do MPLA-PT, a que presidiu o camarada José Eduardo dos Santos. No final dos trabalhos foi divulgado um comunicado em que, nomeadamente, se afirma:

«O Comité Central apreciou profundamente os projectos do plano nacional e do Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 1981, tendo-se inteirado das propostas do Governo para sua execução

e decidiu sobre o envio destes documentos à próxima sessão plenária da Assembleia do Povo.

«O Comité Central analisou em detalhe o projecto de regimento da Assembleia do Povo, que foi aprovado depois de enriquecimento com algumas alterações.

«Na apreciação do primeiro Congresso Extraordinário, foram analisados os trabalhos realizados para a sua preparação, o acto central e os seus resultados.

«Foram salientados os êxitos obtidos, o grau de consciencialização política e partidária demonstrado pelas bases e congratulou-se por se terem atingido os objectivos traçados pelo fundador da nação e do MPLA-Partido do Trabalho, o saudoso camarada Presidente dr. Agostinho Neto, — a injeção de sangue operário e camponês na direcção do partido».

O Comité Central tomou ainda diversas medidas relativas à reestruturação do aparelho central do partido.

Apoio activo à campanha de solidariedade com as crianças da República da Guiné-Bissau

Mais de 5500 cadernos, lápis e outros materiais escolares representam, por agora, o balanço da campanha de solidariedade lançada em Outubro passado pela Associação de Amizade Portugal-Guiné-Bissau destinada às crianças da jovem nação africana.

A iniciativa, integrada nas actividades daquela Associação, tem como lema «Um lápis, um caderno, uma caneta para as crianças da República da Guiné-Bissau» e continua a motivar diariamente a chegada de muitos contributos à sede daquela organização em Lisboa.

«Durante longos séculos de dominação, o colonialismo português criou na Guiné um sistema escolar desastroso que, mais tarde, revelou não ter qualquer adaptação prática às necessidades do desenvolvimento socioeconómico da República da Guiné-Bissau, independente», recorda a Direcção da Associação de Amizade em documento recentemente divulgado aos órgãos de Comunicação Social.

libertação (esforço desenvolvido nas áreas libertadas do colonialismo), passa-se actualmente a mais de 100 mil alunos frequentando a escola, nos diferentes graus de ensino, num país que possui cerca de 777 000 habitantes (1979).

Entretanto, «o esforço de criar condições para que todas as crianças possam ir à escola levou a que hoje se encontrem cerca de 80 mil crianças a estudar no ensino básico, com 6 anos de escolaridade obrigatória, o que significa que desde o ano 1974 o número de alunos quase triplicou».

Para o êxito da campanha têm vindo a contribuir centenas de amigos daquela República africana. A este propósito, a Associação refere,

Mais de 100 mil alunos

Mais adiante pode ler-se: «De uma população de cerca de 15 mil alunos escolarizados no fim da luta de



UM !
Lápis , ou
Caderno, ou
Caneta, para as
CRIANÇAS

nomeadamente, as adesões de crianças e professores de várias escolas do país, trabalhadores de empresas, fábricas e da Função Pública, editoras, livrarias e papelarias e inclusivamente trabalhadores emigrantes.

Depois de referir que perante tal realidade, «não

podia deixar de salientar a importância e elevado significado de que se reveste a ajuda solidária às crianças da Guiné-Bissau», a Associação, empenhada no aprofundamento das relações de amizade entre os povos de Portugal e da Guiné-Bissau, «agradece desde já as

numerosas contribuições recolhidas e apela a todos os amigos do jovem país a manifestarem a sua solidariedade nesta campanha, lembrando que «as crianças são as flores da nossa luta — a razão principal do nosso combate» (como dizia Amílcar Cabral).

Na Voz do Operário, em Lisboa A abertura e o encerramento dos Jogos Olímpicos de Moscovo

O amigo leitor que não teve oportunidade de assistir pela TV à abertura ou ao encerramento dos Jogos Olímpicos de Moscovo, ou que gostaria de rever essas duas inesquecíveis jornadas olímpicas, tem agora uma oportunidade que não pode deixar escapar.

Com efeito, por iniciativa conjunta da Associação Portugal-URSS e da prestigiosa colectividade lisboeta "A Voz do Operário", serão ali exibidos nas próximas noites de sexta-feira, sábado e domingo, a partir das 21 e 30, dois filmes coloridos com duração aproximada de duas horas, sobre os momentos mais empolgantes da jornada inaugural e da sessão de encerramento da Olimpíada-80, no Estádio Lénine, em Moscovo.

Como destaca a Associação Portugal-URSS em documento divulgado à Imprensa, "nestes filmes ressalta tudo o que de sério, de artístico e de grandioso preocupou os organizadores desta Festa Olímpica de forma a apresentarem-na como uma verdadeira manifestação de paz, de confraternização e de juventude".

Prossegue a nota da "Portugal-URSS": "Podemos contemplar como justamente um mês antes da abertura da XXII Olimpíada, nas ruínas do templo de Hera, situado no Santuário Sagrado de Zeus, em Olímpia, a actriz grega Maria Moscholiou, como grande sacerdotiza, acende o fogo olímpico que será transportado por atletas do seu país e depois por búlgaros, romenos e soviéticos até ser colocado na enorme "Taça" que se destaca no estádio Lénine, em Moscovo."

Os dois filmes que a partir de amanhã poderemos apreciar na "Voz do Operário" recordam outros momentos entusiasmados da Olimpíada de Moscovo: "Não deixa de ser curiosa a forma como o último atleta

que transporta o arquite, o soviético Serguei Belov, consegue ultrapassar a ingreme e alta bancada do estádio a fim de alcançar o local onde, dominando o estádio, anunciará a abertura dos Jogos ao transmitir a chama olímpica ao combustível que ali a aguarda. Ele consegue-o correndo sobre o grandioso "quadro vivo" composto por 5 mil participantes que utilizando bandeiras, lenços ou chapéus compõem maravilhosas imagens coloridas mas que para aquele efeito sustentam, alguns



deles, pequenas placas de metal branco construindo assim uma pista inclinada para a sua passagem até ao topo. Enquanto a percorre, o conjunto colorido em que assenta vai apresentando diferentes aspectos cromáticos dando a sensação de vastas ondas empurradas pelo vento à medida que num crescendo sonoro, um magistoso coro empresta toda uma solenidade que culmina quando a chama trémula finalmente no alto do estádio.

A lágrima do "Micha"... Pouco mais seria necessário dizer para que os nossos

leitores recordassem, na mente, o belo espectáculo desportivo e artístico vivido em Moscovo e em todo o Mundo.

Mas vejamos o que refere ainda o texto que apresenta os filmes:

"Ao todo, durante a abertura e o encerramento dos Jogos, são "desenhados" por aqueleletores, sob a orientação de L. Nemtchik através da rádio, um conjunto de 174 quadros.

Mas será sem dúvida inesquecível o simpático ursinho Micha ao despedir-se dos Jogos de que foi a mascote, acenando com o braço enquanto uma triste lágrima rola... da 56.ª à 38.ª fila!"

Constitui porém um espectáculo inedito e maravilhoso o conjunto de danças onde 17 mil soviéticos, utilizando 35 mil trajes confeccionados para estas cerimónias de abertura e de encerramento, apresentam a riqueza artística do folclore de cada uma das 15 Repúblicas da URSS.

"Não deixam também de se salientar os jogos de ginástica onde atletas consagrados acompanhados por milhares de jovens, em exercícios bem conjugados, envolvidos por um turbilhão de bandeiras coloridas, desenham belas figuras sobre o relvado do estádio. E para finalizar teremos em 3 de Agosto, quando são dados os encerramentos dos jogos, o ursinho Micha elevando-se lentamente no céu de um calma fim de tarde em Moscovo, enquanto acena um definitivo adeus que provoca muita tristeza e algumas lágrimas nos espectadores que das bancadas lhe correspondem... já com saudade!"

As sessões de cinema são abertas aos sócios da "Voz do Operário" e da Associação Portugal-URSS e ao público em geral.

Convívio na «Portugal-RDA»

Amanhã, a partir das 21 e 30, realiza-se em Lisboa um convívio entre dirigentes e colaboradores da Associação Portugal-RDA e amigos da República Democrática Alemã residentes no nosso país (funcio-

nários da Embaixada, correspondentes de imprensa, professores de alemão, entre outros).

Será projectado o filme "Primavera em Portugal".

Obras completas de

SOEIRO PEREIRA GOMES

edições • popular

• especial para colecionadores

CDL a distribuição

edições Avante!



Semana

28

Quarta-feira 1961 - É proclamada a República no Ruanda.



Andrei Gromyko, ministro soviético dos NE, afirma que os EUA e a NATO dão mais importância ao rearmamento do que ao desarmamento...

29

Quinta-feira 1837 - Morre em S. Petersburgo o escritor russo Puchkin, tinha 38 anos de idade.



O primeiro-ministro espanhol Adolfo Suarez demite-se do seu cargo e também da presidência da União do Centro Democrático (UCD) do partido governamental...

30

Sexta-feira 1972 - A polícia inglesa assassina 16 manifestantes pelos direitos civis na Irlanda do Norte.

Um grupo de comandos racistas sul-africanos desencadeia um ataque a um conjunto de habitações de refugiados da África do Sul...

31

Sábado 1958 - Meses depois do "Sputnik" soviético, os EUA lançam também o seu primeiro satélite.



O ministro da Defesa e comandante do Exército nicaraguense, Humberto Ortega, denuncia que milhares de contra-revolucionários treinados em Miami, nos EUA, se preparam para atacar a Nicarágua...

1

Domingo 1966 - Morre o actor cinematográfico norte-americano Buster Keaton, "Pampalinas".

Jonatham Motzfeldt, chefe do governo da ilha da Gronelândia, afirma numa manifestação que chegou o momento de se chegar a acordo para retirar a Gronelândia da CEE...

2

Segunda-feira 1936 - Morre o cientista soviético Pavlov, o grande estudioso e investigador no campo do sistema nervoso e autor da chamada "teoria dos reflexos condicionados".

O "New York Times" anuncia que o secretário de Estado norte-americano, Alexander Haig, demitiu o embaixador do seu país em El Salvador...

3

Terça-feira 1930 - É fundado o Partido Comunista do Vietnam.

Os reis de Espanha iniciam uma visita oficial de três dias ao País Basco, a primeira que os monarcas espanhóis fazem naquele território...

Crise política em Espanha

Incapacidade da direita para encontrar uma solução estável

9 O Congresso da União do Centro Democrático (UCD), partido no Poder em Espanha desde as eleições gerais de 1977, reúne-se este fim-de-semana. Para já só há lógnitas quanto aos resultados desta reunião aparentemente determinante para um partido governamental elivado de contradições, e dividido entre as suas diversas facções de direita.

A demissão de Adolfo Suarez do cargo de primeiro-ministro, no dia 29 de Janeiro, logo após a sua renúncia à presidência da UCD, reflecte os grandes problemas que se vivem no partido governamental e, simultaneamente, os agudos problemas do país e parece constituir também uma manobra destinada a relançar Suarez a pedido das "bases".

A incapacidade da UCD para governar é mais que evidente. Neste momento os problemas acumulam-se no país. O que se passa nestes dias é elucidativo. Duas personalidades - Luis Suñer, conhecido como o "rei do frango congelado" e o engenheiro-chefe da central nuclear de Lemoniz - estão sequestrados pela organização separatista basca ETA. Domingo foi metralhado um quartel da polícia em San Sebastian. Entretanto cerca de 200 mil trabalhadores entraram em greve num quadro de lutas que vem de trás e se insere num amplo movimento reivindicativo. Os sectores em greve permanente ou intermitente são os dos transportes e o sidero-metalúrgico. O ano passado a inflação foi de 15,5% e o desemprego afectará, no próximo Outono, dois milhões de trabalhadores.

A UCD está mais que dividida, distinguindo-se particularmente os grupos sociais-democratas e democratas-cristãos. Calvo Sotelo, o homem do grande capital indicado para suceder a Adolfo Suarez na chefia do governo, não conseguiu um apoio

unânime dentro da própria UCD.

Multiplicam-se as manobras para a formação do próximo governo. Primeiro dentro da UCD. Depois entre a extrema-direita e a social-democracia e espanhola, com apoios diferenciados dentro do partido



Fraga Iribarne, o segundo em baixo, e à esquerda de Suarez (na foto) Felipe Gonzalez, o primeiro nas duas fotos de cima, e Suarez, ex-primeiro-ministro, movem-se num tabuleiro partidário onde as alianças, as «retiradas» e os «regressos» pouco ou nada têm a ver com a resolução dos graves problemas do país.

governamental. Assim, a hipótese de uma coligação da UCD com o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), de Felipe Gonzalez, é apoiada pela ala social-democrata da UCD. As pretensões do partido de direita "coligação Democrática", de Fraga Iribarne, à participação numa coligação, invocando os "direitos" de uma "maioria natural", conta com a aprovação de certos sectores militares e eclesiásticos e com os apoios na UCD, mas simultaneamente esbarra com a oposição de um importante

grupo social-democrata dentro do partido no poder.

Uma única coisa é certa. De acordo com o jogo parlamentar espanhol, a UCD, para conseguir governar, terá que manter-se unida e obter apoios externos. Para além das hipóteses - contestadas a nível interno pelos diferentes sectores - do PSOE e da "Coligação Democrática", levantar-se-ia a possibilidade de um apoio dos grupos regionais. Mas aí esbarra-se com a resistência da direita aos - ainda que tímidos - processos de autonomia.

Um complexo de problemas em que se destacam grandes questões nacionais como o terrorismo, o desemprego, as autonomias. Problemas do povo espanhol a que nenhum governo de direita poderá dar resposta.

Liberdade para Antonio Maidana!

António Maidana, secretário-geral do Partido Comunista do Paraguai, continua desaparecido. É um exemplo do que representa a repressão na sobrevivência de regimes reaccionários e fascistas na América Latina - que contam, hoje ainda mais expressamente, com o apoio de Washington. Maidana foi preso, juntamente com Emilio Roa, em 27 de Agosto de 1980, em Buenos Aires, na Argentina. Três anos depois de ter sido arrancado pela solidariedade internacional às masmorras da ditadura fascista de Stroessner, onde permaneceu vinte anos. A sua vida é uma sucessão de lutas, activa participação na batalha popular contra o fascismo, e de prisões. Em 1943 dirigiu uma greve de professores. Foi preso nesse ano e enviado para o campo de concentração de Embosada.

Um testemunho

Sobre o que são as prisões no Paraguai e sobre a personalidade de Maidana reproduzimos parcialmente um testemunho do camarada Severo Acosta, membro da Comissão Política do CC do Partido Comunista do Uruguai:

"O calabouço era um sótão infernal de 2 por 4 metros, onde chegavam a estar 11 presos - contando só com duas torneiras, húmido, sem casas de banho, fétido, frio no Inverno e um forno no Verão. "Dormimos 14 anos no chão. Não se saía para o sol, não havia assistência médica. Queriam destruir-nos moralmente, romper a nossa resistência, transformámo-nos em farrapos humanos, inúteis, atormentados. "Durante 14 anos estivemos privados de leitura e de escrita pelo que, o único recurso para a actividade intelectual na prisão era a reprodução oral das nossas leituras de antes da prisão. Nesta tarefa destacava-se António Maidana. Quase todos nós passámos por infinitas privações, torturas físicas e psíquicas destinadas a destruir-nos moralmente. "A ditadura fascista de Stroessner, não se contentando com isto, mais uma vez



Aumento da produção - base da melhoria constante das condições de vida

Fundos públicos de consumo aumentaram na URSS

Os fundos públicos de consumo na União Soviética aumentaram para 527 mil milhões de rublos (um rublo equivale aproximadamente a 77 escudos) no último quinquénio (1976-80). Nos próximos cinco anos, deverão aumentar mais 20 por cento. Estes fundos abrangem todos os cidadãos soviéticos e são formados por prestações provenientes do orçamento estatal, das empresas, de organizações sociais e de cooperativas. Consistem na assistência médica e ensino gratuitos a todos os níveis, pensões e reformas, bolsas de estudo, subsídios de invalidez temporária e para famílias numerosas, e manutenção da estabilidade dos preços. Os créditos provenientes dos fundos públicos representam um suplemento ao orçamento familiar avaliado em cerca de 25 por cento (índice médio), e aumenta a um ritmo mais rápido que os próprios salários.

Comandos sul-africanos matam perto de Maputo

- esta a política defendida pelo imperialismo

No dia 3 de Fevereiro de 1969, Eduardo Mondlane, fundador da FRELIMO, é assassinado em Dar-Es-Salam, na Tanzânia, com uma bomba da PIDE. Seis anos e meio depois, Moçambique conquistava a independência e a FRELIMO assumia a direcção do país. No dia 30 de Janeiro - há apenas alguns dias - um grupo de comandos sul-africanos, armados de morteiros, bazucas, metralhadoras pesadas e pistolas-metralhadoras, efectuou um ataque em Matola, perto de Maputo, tendo assassinado onze refugiados do Congresso Nacional Africano (ANC), movimento de libertação da África do Sul e um cooperante português. Ataque que foi denunciado, pelo PCP, como vem referido nas páginas deste "Avante!".

Isto passa-se enquanto se renovam os ataques armados da África do Sul contra Angola e o jornal britânico "The Guardian" denuncia, através de uma reportagem no sul de Angola e de uma entrevista com um ex-mercenário que participou em acções agressivas da África do Sul, que há planos de Pretória para ampliar a guerra na África Austral, e a África do Sul se

propõe através da guerra manter o controlo da Namíbia e despojar o sul de Angola, recorrendo ao assassinio, à terrorização das populações e à destruição das estruturas económicas.

Entre os factos ocorridos em 1969 e o que se passa hoje os factos são evidentes. Primeiro trata-se de puro e verdadeiro terrorismo (mas não, evidentemente, do "terrorismo" que o actual presidente norte-americano diz pretender combater). Segundo: visa o movimento de libertação, pretende impedir a concretização da vontade dos povos (normalmente referida pelo imperialista como "expansionismo soviético"...).

A realidade actual em África é que é diferente. Angola e Moçambique já não lutam contra o colonialismo. São países independentes, que constroem nas suas fronteiras um verdadeiro poder popular. O Zimbábue é também um país independente. Ontem contou com a fraterna ajuda de Moçambique. Hoje oferece o seu auxílio para enfrentar eventuais novas acções terroristas por parte da África do Sul. Angola e Moçambique cumprem o seu papel internacionalista ajudando activamente, apesar das represálias militares por parte da África do Sul, os movimentos de libertação da África do Sul e da Namíbia. E esta realidade diferente - não só em África mas em todo o mundo - que o governo de Reagan parece querer pura e simplesmente ignorar. Os factos alinham-se com uma clareza inequívoca. Passando sobre decisões do Congresso norte-americano de 1976, o governo de Reagan estuda modalidades de auxílio militar e político directo à UNITA, que executa acções terroristas em Angola de parceria - ou mais concretamente, sob o controlo - com a África do Sul. Isto apesar das reservas de peritos do Departamento de Estado que reconhecem o apoio popular ao MPLA. Simultaneamente, activa-se o auxílio militar à Junta de El Salvador, considerando o movimento popular como "terrorista". Tenta-se sabotar à partida quaisquer relações aceitáveis com a União Soviética, afirmando Reagan, em conferência de imprensa abertamente provocatória, que "não se poderá negociar com os russos enquanto estes não

modificarem a sua política externa".

O general Haig, actual secretário de Estado dos EUA, foi particularmente esclarecedor quanto aos parâmetros a que se pretende condicionar a actual política externa norte-americana, informando que "o terrorismo internacional é actualmente o problema mais grave" e também que "as ajudas económicas e militares a outros países constituem um meio eficaz de favorecer a defesa dos ideais e interesses norte-americanos no mundo". Se juntarmos a isto as palavras de Reagan - "Ouvimos dizer que vivemos numa era de limites ao nosso poder. Bom, então que se fique também a saber que existem limites para a nossa paciência" - o quadro do qual o papel que Washington pretende para si neste momento fica bastante completo - ou seja, atacar o movimento de libertação dos povos, fazer retroceder o desarmamento, considerado por Reagan como "uma rua de sentido único" que só beneficiaria a União Soviética, praticar a ingerência em qualquer parte do mundo, a pretexto da luta contra o "terrorismo", e através do auxílio militar e económico.

A par das incursões em Angola, a par do auxílio à Junta de Salvador, a actual agressão a Moçambique é uma ilustração de tal política.

23 de Fevereiro XXVI Congresso do PCUS

No dia 23 de Fevereiro iniciam-se em Moscovo os trabalhos do XXVI Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Neste momento decorre em todo o país - não só dentro do Partido mas com uma verdadeira participação de massas - um debate sobre a situação real, os êxitos e os problemas, e uma campanha de renovação de mandatos.

São assinaláveis os êxitos alcançados nestes últimos anos, destacando-se os aumentos da produção industrial - 20%, do rendimento nacional - 19% e da produção agrícola - 9%. O rendimento per capita dos soviéticos é neste momento 1,5 vezes superior ao que era há dez anos.

Das deficiências apontadas salienta-se, em particular, o facto de haver metas de desenvolvimento não inteiramente alcançadas, principalmente no que respeita à elevação da eficácia na produção e à qualidade do trabalho.

O XI Plano quinquenal Em vésperas do XXVI Congresso do PCUS, o povo soviético está empenhado em dois grandes debates paralelos: a análise do que já foi feito, e o novo plano, que

abarcará os anos de 1981-1985, plano que também irá ser discutido no Congresso.

A melhoria das condições de vida está no centro do novo plano. Prevê-se um aumento dos rendimentos reais por habitante de 16 a 18%, ao ritmo de 3,2% ao ano, o que significa que em cada 22 anos (em média 3 vezes na vida de uma pessoa) o consumo duplicará. Para corresponder a estas exigências a venda a retalho deverá aumentar 22 a 25%.

Ao importante impulso que será dado ao plano social, corresponde necessariamente uma grande preocupação pela produção. Apesar das dificuldades a nível energético e do défice em mão-de-obra, de 1981 a 1985 o crescimento

do rendimento nacional para o consumo e a acumulação será de 3,4 por cento (0% em alguns dos países capitalistas desenvolvidos), prevendo-se passar aos 4% e mais a partir de 1985.

Paralelamente às medidas de ordem económica, surgem outras que no socialismo lhe estão particularmente ligadas: o aprofundamento dos direitos constitucionais dos cidadãos, especialmente nos campos da administração e da fiscalização pública, da informação e do exercício do direito da crítica, o que se reflectirá num cada vez maior interesse dos trabalhadores na gestão da produção e numa crescente influência no desenvolvimento da economia e da democracia socialista.

TRILATERAL E UGT

Sobre os perigos que podem atingir um «sindicalista»

Na presunção de que o ex-ministro do Trabalho, Maldonado Gonelha, ainda não explicou por exemplo aos trabalhadores filiados em sindicatos com direcção UGT o que é na realidade a Trilateral, vamos deixar aqui alguns dados sobre essa organização mal conhecida para se saber pelo menos os perigos que podem atingir um «sindicalista» ao ser escolhido para ombrear com banqueiros e outros patrões do tamanho e feito rigorosamente exigidos pela Trilateral. Referimo-nos a dados de Julho de 1977 divulgados pela própria Comissão Trilateral. Posteriores a essa data não conhecemos outros da mesma fonte. A própria lista dos participantes vinda a público naquela altura veio depois a desaparecer da circulação. Numerosos quadros e outros elementos podem ser consultados na revista «Economia-EC» n.º 14, de Abril/Maio de 1978, que insere um documentado artigo sobre a Trilateral.

A iniciativa da criação partiu de David Rockefeller, peça mestra do segundo maior grupo financeiro dos Estados Unidos. Em Julho de 1973, a Comissão é criada como órgão da «iniciativa privada norte-americana, europeia e japonesa». Desde início que não havia dúvidas sobre a origem nem sobre os objectivos da Trilateral.

«Renovar o sistema internacional» é um desses objectivos. Talvez o único que foi anunciado. E não diz praticamente nada.

No entanto, o seu significado político é claro. O sistema é naturalmente o sistema capitalista. A renovação é no sentido de limitar as reivindicações cada vez mais «ousadas e impertinentes» do ponto de vista dos detentores dos meios de produção. Reivindicações das massas trabalhadoras não apenas na Europa, nos Estados Unidos e no Japão. Mas também nos países fornecedores de matérias primas e de mão-de-obra a baixo preço.

«Conter» poderia ser uma das palavras de ordem da Trilateral. «Há limites potencialmente desejáveis para a extensão da democracia», disse Samuel P. Huntington, um dos relatores da Comissão Trilateral.

O aparente bom-senso dos tais «limites» esconde por um lado e destapa por outro. Quando falam da «quebra do consenso social» os ideólogos da Trilateral não pensam na mesma democracia nem nos seus limites. Sonham com a conciliação de classes que nem o fascismo conseguiu impor pela força em Portugal.

Por isso, nada tem a cecear o «sindicalista» português escolhido pela Trilateral. Ele vai

participar num projecto que conhece bem, que é o mesmo projecto da UGT, ou pelo menos de grande parte da sua direcção e da tendência que Gonelha pretendeu impor em Tróia como a única que merece o nome de «socialista». De resto, o novo membro da Trilateral vai encontrar na Comissão outros «sindicalistas». Mais 8, pelo menos, no total, segundo números divulgados, como dissemos, em Julho de 1977 (ver quadro).

O sr. Gonelha, como os restantes membros da mal conhecida Comissão, vai contribuir dentro do seu novo papel para a defesa dos grandes grupos económicos, designadamente dos que têm interesses em Portugal (ver quadro). Não vai defender nenhum direito, nenhuma garantia, nenhum interesse de nenhum trabalhador. Vai defender o anticommunismo, o sindicalismo reformista, conhecido por amarelo.

Vai defender em troca desses direitos a «governabilidade das democracias», um acordo ou acordos «entre as potências capitalistas». Ajudá-las a «evitar perigosas competições entre si». Não é um papel difícil para a provada competência de Gonelha, quer como fundador da UGT, quer como ministro do Trabalho, quer como patrão da «tendência socialista» dentro do divisionismo sindical.



De quem é a Comissão

A Comissão Trilateral é um clube reduzido e fechado.

Segundo números, a cuja data e fonte já nos referimos, os bancos representados em 1977 eram apenas 21 (6 da América do Norte, 5 da Europa e 10 do Japão).

Os principais grupos monopolistas não passavam de 28.

Mas só entre bancos e grupos figuravam, além do Chase Manhattan Bank, a Coca-Cola Company, a Honeywell Inc. (na altura a empresa n.º 2 da informática mundial), a General Electric, a Saint Gobain Pont-à-Mousson (em 4.º lugar entre os grupos com maiores lucros em 1976), a Rolls Royce, a Fiat, a British Steel Corporation (a 5.ª maior empresa mundial da indústria do aço, em 1974), a Unilever, a Toyota, a Mitsubishi.

Comunidades Europeias (CEE) e agentes de serviços secretos.

Em exercício, há ainda membros que são deputados, economistas, cientistas, directores de jornais, rádio e TV, sindicalistas.

Henry Kissinger, eminência parda da direita dos Estados Unidos, antigo secretário de Estado era, e certamente ainda é, figura de proa na Trilateral.

Muitos dos membros mais proeminentes da administração Carter, que acaba de ser substituída nos EUA, passou pela Trilateral, ou ainda lá está.

Além do próprio presidente Carter, passaram pela Comissão, Walter Mondale, Brzezinski, Cyrus Vance, e outros, incluindo Andrew Young que foi embaixador nas Nações Unidas.

O mesmo na Europa. Raymond Barre, primeiro-ministro francês, é um deles.

Fácil é concluir que interesses escolheram a representação portuguesa na Trilateral e que boa companhia lhes fará o «sindicalista» Gonelha, membro destacado do PS e patrono da UGT.

Multinacionais na Comissão Trilateral com interesses em Portugal

Países de origem	Multinacionais	Empresas em Portugal
Estados Unidos	Coca-Cola Company	Filial
	General Electric	Filial
Itália	Exxon Corporation	Esso-Exploration and Production
		Esso Gás
França		Esso Standard Portuguesa
		Filial
RFA	Saint-Gobain	Participação na Covina
	August Thyssen	Companhia Mineira de Moncorvo
Inglaterra/Holanda	Unilever	Indústria Lever Portuguesa
		IGLO
Japão		PIMA
	Toyota Motor Company	Através da sua representante Salvador Caetano
	Mitsubishi	FRSIFE
		CIRESE — Companhia Industrial de Resinas Sintéticas
		Unilages
		Têxtil Lopes da Costa

Ainda vai longe este sr. Gonelha!

Entre banqueiros e personalidades da alta finança, presidentes de monopólios nacionais e internacionais dos EUA, Europa e Japão, que fazem parte da Trilateral, fundada em 1973 por David Rockefeller, presidente de um dos maiores grupos financeiros do mundo, passa a figurar, um sindicalista com obra feita — o sr. Gonelha, patrão e mentor da UGT.

«Pertencem à Trilateral desde princípios de 1980», diz ele numa entrevista. Mas a verdade é que não pertence. Foi escolhido.

A afirmação «pertencem» é uma pretensão. É um pouco como quem diz

«escolhi». Mas a verdade é que o sr. Gonelha foi escolhido.

E continua a dar realmente boas provas de que poderia figurar como figura entre os seus pares portugueses da Trilateral que são, como é sabido e público, os srs. Vasco de Mello, da CIP, a conhecida agremiação-mor do grande patronato; Lucas Pires, vice-presidente do CDS; Pitta e Cunha (professor universitário) e Mário Pinto, que sempre ajudou muito o divisionismo sindical.

Os trabalhadores filiados nos sindicatos sob direcção UGT, ou nos paralelos inventados enquanto Gone-

lha foi ministro do Trabalho, não têm razão para qualquer azedume ou desconfiança de maior. Um dos dirigentes máximos da «tendência socialista» dentro da agremiação amarela está na Trilateral? Pois está muito bem.

Não sabemos se Gonelha já disse que está lá para defender os interesses dos trabalhadores. Se não o disse ainda vai a tempo.

E para mais, deixem-nos acrescentar, está no campo do inimigo. Conhece-o por dentro. Coloca-se mesmo no centro, pode-se dizer, no cérebro do sistema.

Ainda vai longe este sr. Gonelha como «sindicalista».



Origem social e profissional	América do Norte	Europa	Japão	Totais
Financeiros e banqueiros	6	18	16	40
Presidentes de monopólios nacionais e internacionais	14	18	25	57
Industriais	8	2	5	15
Deputados	12	18	3	33
Com cargos governamentais ou em organismos governamentais	7	8	5	20
Economistas, cientistas, etc.	11	7	12	30
Directores de jornais, rádio e TV	2	5	1	8
Sindicalistas	4	3	1	8

A UGT promete «paz social» que não pode cumprir

Os cordéis que movem a UGT ficaram ainda mais visíveis depois do II Congresso e do que sobre ele se disse e escreveu.

Como o nosso objectivo não é maçar ninguém, evitaremos repetir alguns factos avulsos, embora reveladores, para nos atermos somente a uma síntese em três pontos: o «contrato social», a representatividade do Congresso e aquilo que já foi designado por aliança no plano social entre o PS e os partidos do capital e da reacção (PSD/CDS).

Ponto um. O «Contrato social» é designadamente o segundo documento dos interessados «uma inflexão profunda, responsável e inovadora nas relações laborais, visando a sua democratização efectiva».

Esta é pelo menos uma linguagem de cabra-cega. Mas a verdade é que não esconde nada.

A «inflexão profunda», precisamente agora e com este Governo, quer dizer muito claramente submissão completa

aos ditames do grande patronato.

A «democratização efectiva» é a miragem dos divisionistas que sempre tentaram substituir a luta nas empresas pela decisão de gabinete, a contratação colectiva pelo «pacto», os delegados sindicais por agentes do patronato.

A «responsabilidade e a inovação» são puro verbo de encher.

Como não tem expressão que valha junto da grande massa dos trabalhadores e só adere às lutas por arrastamento, poucas vezes e quando não pode sabotá-las, a UGT entende alcançar outro tipo de expressão: o de «parceiro social» a tempo inteiro em troca de uma «paz social» que não pode oferecer.

Dá a necessidade absoluta de incrementar a propaganda até níveis ridículos como foi o caso deste II Congresso.

Dá o fêdor a corporativismo fascista que exaliam algumas «soluções por consenso» apresentadas ao II Congresso numa altura em que até alguns ugédistas são obrigados

a reconhecer que o patronato saudosos do fascismo «já procura limitar e até impedir o desenvolvimento da liberdade e dos direitos sindicais na empresa».

Ponto dois. A representatividade do Congresso. Quanto a isto bastam alguns exemplos. Veio a público e não foi desmentido que «no Sindicato dos Seguros só pouco mais de 100 trabalhadores participaram na eleição dos delegados»; que a UGT «não divulgou quais os resultados eleitorais dos delegados nos diversos sectores e quantos delegados foram nomeados ou autoneomeados»; que «o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas com cerca de 33 mil sócios indicou 48 delegados e o Sindicato dos Empregados das Salas de Jogos, com cerca de 800 sócios, 23 delegados, isto para citar só dois exemplos, já que outros existem», mas estes são bastantes.

Por outro lado, o abandono do

Congresso por parte dos 47 delegados eleitos pelas listas unitárias, que se recusaram a participar nas votações, incluindo a eleição dos dirigentes, deveu-se ao facto de «não se tratar de uma eleição propriamente dita, mas antes de ratificação da partilha de lugares entre os ugelistas do PS e do PSD, previamente decidida nos gabinetes partidários».

Cremos que basta também quanto a «representatividade».

Ponto três. A aliança no plano social entre o PS e os Partidos da direita no poder mostra contradições insanáveis. Também aqui não funciona o jogo da cabra-cega. Não há nenhum trabalhador que não goste de ver claro. E ver claro neste caso é perguntar, por exemplo ao PS como justifica que pelo menos uma parte da sua direcção apoie e apele ao voto em documentos onde se lê que «o consenso (aí volta ele) só será possível se todos os portugueses (trabalhadores, empregadores e Governo)

reconhecerem que todos nós somos parte de uma comunidade de interesses».

Não esqueçamos que o PS se reclama dos trabalhadores e do socialismo. O que será para um socialista esta «comunidade de interesses»? Não será igual à outra, a tão propagandeada pelo fascismo, mas em termos mais claros e precisos segundo a qual existia «a comunidade de interesses entre o Estado, o capital e o trabalho»?

Razão há para dizer que tudo isto cheira a sôtão.

Se houvesse que concluir, poderíamos acrescentar que um Congresso de mera propaganda, dominado partidariamente pela direita com a comunicação social estatizada e a imprensa reaccionária ao seu dispor, não adiantou nada.

A mesma UGT, as mesmas Fundações, os mesmos partidos, os mesmos dirigentes, os mesmos fundos estrangeiros e o mesmo desprestígio amarelo junto das massas trabalhadoras vão continuar. Como vai continuar a luta dos trabalhadores.

Uma «estranha» mensagem

Uma das mensagens chegadas ao «congresso» tinha uma assinatura: Lech Walesha.

Trata-se duma clara manifestação de apoio e encorajamento ao divisionismo da UGT, aos inimigos declarados da unidade da classe operária portuguesa, aqueles que tentam a todo o custo enfraquecer a CGTP-Intersindical, poderoso baluarte do movimento sindical português unido.

Trata-se, além disso, de uma achega aos objectivos exploradores do grande patronato e dos grupos multinacionais contra os trabalhadores portugueses, uma ajuda aos que no Portugal de Abril tentam destruir as conquistas da Revolução, destruir o regime democrático, implantar uma nova ditadura.

Sem dúvida que os divisionistas da UGT contam com poderosos apoios internacionais das centrais de divisão do movimento operário entre os quais se destaca o da AFL-CIO, via Irving Brown, ponta de lança do imperialismo americano e da CIA no movimento operário dos países capitalistas.

Uma inadmissível ingerência reveladora do carácter e dos objectivos anti-socialistas do dirigente dos chamados «sindicatos independentes» «Solidariedade», criados como um corpo espúrio na Polónia Socialista.

Os trabalhadores portugueses não confundem Lech Walesha com os trabalhadores polacos nem os objectivos da sua «mensagem» ao congresso da UGT com os da classe operária da Polónia, empenhada em vencer as suas dificuldades e em assegurar a continuação e desenvolvimento das conquistas do socialismo no seu País.

